



Cláudia Filipa Gaspar Nunes

Práticas culturais na Autarquia de Soure: Os vinte anos da Biblioteca Municipal de Soure

Relatório de Estágio de Mestrado em Política Cultural Autárquica, orientado pela Doutora Maria Margarida Sobral da Silva Neto, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2018



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

Práticas culturais na Autarquia de Soure: Os vinte anos da Biblioteca Municipal de Soure

Fotografia da capa: Reprodução Marca Espanha

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Relatório de Estágio de Mestrado
Título	Práticas culturais na Autarquia de Soure: Os vinte anos da Biblioteca Municipal de Soure
Autor/a	Cláudia Filipa Gaspar Nunes
Orientador/a	Doutora Maria Margarida Sobral da Silva Neto
Júri	Presidente: Doutor João Maria Bernardo Ascenso André
	Vogais:
	1. Doutora Sara Marisa da Graça Dias do Carmo Trindade
	2. Doutora Maria Margarida Sobral da Silva Neto
Identificação do Curso	2º Ciclo em Política Cultural Autárquica
Área científica	História
Data da defesa	23-10-2018
Classificação	15 valores



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Resumo

O presente trabalho corresponde ao relatório de estágio curricular no âmbito do Mestrado em Política Cultural Autárquica. Pretende-se que o mesmo represente algo mais amplo do que um mero relato de atividades desenvolvidas no decorrer do referido estágio curricular.

Propõe-se, no plano geral, compreender a evolução da leitura pública e das bibliotecas públicas no contexto português à luz do advento das tecnologias de informação e comunicação e da rápida afirmação da internet enquanto produtora e distribuidora de conteúdos muito diversificados.

O foco central do trabalho é o caso específico da Biblioteca Municipal de Soure. Pretende-se analisar, conhecer e compreender se se verificam alterações, e que alterações se verificam, na relação entre a biblioteca municipal e os seus utilizadores, bem como a forma como as atividades e os serviços disponibilizados pela mesma são fruídos, perante o atual panorama de acesso generalizado ao mundo digital.

Pretende-se levar a cabo um exercício de levantamento de questões acerca da relação do utilizador e da comunidade não só com a biblioteca municipal, mas também com o livro na sua forma tradicional, considerando os novos hábitos de leitura e os novos suportes de texto.

Este trabalho tem, portanto, como principal objetivo traçar uma linha evolutiva que corresponde aos vinte anos nos quais a Biblioteca Municipal de Soure tem vindo a servir a comunidade na qual está inserida e, sobretudo, compreender de que forma se assume como um veículo de acesso à cultura, num contexto no qual se afirmam novos hábitos de leitura e novos veículos de acesso aos conteúdos tradicionalmente disponibilizados pelas bibliotecas públicas.

Palavras-chave: Leitura pública; Biblioteca pública; Soure; Tecnologias de informação e comunicação; Cultura

Abstract

The following paper is the result of the internship report of the Master's Degree in Municipal Cultural Policy. It is intended for the following paper to represent something broader than a mere report of activities developed during the course of said internship.

The main purpose of this paper is to understand the evolution of public reading and public libraries in the portuguese context, in light of the advent of information and communication technologies and the rapid affirmation of the internet as a producer and distributor of different types of content.

The central focus of the present work is the specific case of the Municipal (public) Library of Soure. We aim to analyze, get to know and understand if there are any changes, and what type of changes took place, regarding the relationship between the municipal library, as a cultural instituion, and its users, as well as the way the activities and services provided by the library are taken advantage of, in light of the current generalized access to the digital world.

It is intended to carry out an exercise of formulating questions about the user's and community's relationship not only with the already mentioned public library, but also with the book in its traditional form, taking into consideration the new reading habits and the various new text supports.

This work has, therefore, as its main purpose, tracing an evolutionary line that corresponds to the twenty years in which the Municipal Library of Soure has been serving its local community and, mainly, to understand in what forms it takes on the role of being a vehicle and a source to access various cultural contents, in a context in which the new reading habits and the new sources that provide access to the type of content traditionally made available by public libraries are, possibly, paving the way for the affirmation of new types of connections with public libraries and the act of reading.

Keywords: Public Reading; Public library; Soure; Information and communication technology; Culture

Índice

Agradecimentos.....	1
Lista de Siglas.....	2
Introdução.....	3
Parte I	
O Concelho de Soure.....	7
1.1. Caraterização geral do Concelho de Soure.....	8
1.2. Concelho de Soure: Abordagem histórica.....	10
1.3. A população do Concelho de Soure.....	15
Parte II	
A Biblioteca Municipal de Soure.....	23
2.1. Caraterização geral.....	24
2.2. A Biblioteca Municipal de Soure entre 1998 e 2017.....	27
2.3. Atividades dinamizadas pela Biblioteca Municipal de Soure.....	39
Parte III	
Outras atividades desenvolvidas no decorrer do Estágio Curricular.....	49
Conclusão.....	55
Anexos.....	59
Fontes e Bibliografia.....	77

Agradecimentos

Tomo esta oportunidade para deixar uma palavra de agradecimento a todos e a todas que, de alguma forma, contribuíram não só para a elaboração do presente relatório de estágio, mas igualmente para que o meu estágio curricular corresse da melhor forma possível.

Cabe-me, primeiramente, agradecer à Doutora Margarida Sobral Neto pela forma como me foi acompanhando e auxiliando através da sua orientação dedicada, durante todo o estágio curricular e, conseqüente elaboração do respetivo relatório de estágio. Aproveito, igualmente, para agradecer o facto de, ao longo do meu percurso académico ter despertado em mim uma nova forma de pensar, de compreender e de estudar a História e a Cultura.

Seguidamente, deixo o meu agradecimento ao Doutor Mário João Gomes pela sua dedicação no que se refere à orientação do meu estágio curricular, bem como pela constante disponibilidade para me ajudar na elaboração do presente relatório.

O meu mais sincero agradecimento a toda a equipa da Biblioteca Municipal de Soure, que me acolheram e me fizeram sentir integrada desde o primeiro dia. Um especial agradecimento à Doutora Paula Gonçalves, que me desafiou constantemente, levando-me a pensar e a repensar, a construir e a desconstruir, estimulando o levantamento de questões, fazendo-me sair da minha zona de conforto e demonstrando-me que uma biblioteca pública não é nunca um local fechado.

Por fim, não posso deixar de agradecer aos meus familiares, em especial à minha mãe, por me darem ânimo e por me motivarem ao longo deste processo. Ao meu pai, ao meu irmão e à minha sobrinha Bianca. Aos meus amigos de sempre, ao João e à Rita. À Eufrásia e à Ana Marcella.

O meu mais sincero agradecimento a todos e a todas.

Lista de Siglas

BMS – Biblioteca Municipal de Soure

CMS – Câmara Municipal de Soure

DGLAB – Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas

IFLA – Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

RBS – Rede de Bibliotecas de Soure

RNBP – Rede Nacional de Bibliotecas Públicas

TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

Introdução

O presente trabalho corresponde ao relatório de estágio curricular desenvolvido no Município de Soure e, mais especificamente, na Biblioteca Municipal de Soure entre o mês de Dezembro de 2017 e o mês de Junho de 2018.

O referido estágio curricular enquadra-se no âmbito do Mestrado em Política Cultural Autárquica da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O curso de 2º Ciclo em Política Cultural Autárquica visa conferir aos seus alunos “uma formação multidisciplinar que visa fornecer instrumentos de ordem teórica e prática em ordem à conceção, financiamento, gestão, execução e divulgação de atividades culturais no âmbito das autarquias”.¹

Deste modo, o estágio curricular envolve-se num ambiente de procura de conhecimento(s), de estudo e de trabalho do Património Cultural, possibilitando o contacto direto com o processo de disponibilização e gestão de equipamentos e de serviços culturais a uma comunidade. Ora, uma biblioteca é, por excelência, um espaço cultural. Neste sentido, pretende-se compreender de que forma as bibliotecas públicas atuam como veículo cultural, e o que as distingue de outros equipamentos e serviços de cariz público que também se assumem como veículos culturais.

As políticas culturais devem ser desenhadas tendo especial atenção o público às quais se dirigem e, a todo o contexto que envolve a população. Devem ser identificados os tipos de públicos existentes no contexto local, conhecer-se esses públicos, os seus interesses, as suas necessidades. A familiarização e o estabelecimento de contacto com os diversos públicos torna-se, assim, essencial.

Logo, será necessário compreender a ação de uma biblioteca pública junto dos seus utilizadores dessa mesma forma. E, no caso específico da Biblioteca Municipal de Soure, importa conhecer o contexto no qual se insere e a comunidade que serve. Essa comunidade será composta por grupos diversos que não se distinguem apenas pelas faixas etárias a que pertencem, estes grupos distinguem-se igualmente pelas suas habilitações literárias, pelas profissões que desempenham, pelos seus interesses e pelas suas necessidades (culturais).

É, portanto, necessário ter todos esses, e mesmo outros, fatores em consideração no momento em que se pensam e desenvolvem atividades. Uma comunidade, ainda que a uma escala local, é diversa e repleta de multiplicidades, neste sentido, torna-se

¹ Consultar os objetivos gerais do Curso de Política Cultural Autárquica em <https://apps.uc.pt/courses/pt/course/1437> [consultado em 10 de Maio de 2018].

absolutamente necessário identificar pontos comuns e assinalar as características que diferenciam os vários membros que formam uma comunidade.

A fruição da cultura no geral, de espaços, de bens e de atividades culturais não é feita de uma forma universal, cada indivíduo vivencia o mundo cultural de uma forma distinta, de forma a suprir, da forma mais adequada e completa possível, as suas necessidades e os seus interesses. Estas necessidades e interesses culturais são pessoais e podem não ser automaticamente compatíveis entre membros de uma mesma comunidade.

A elaboração do presente relatório acabou por beneficiar da celebração do vigésimo aniversário de abertura ao público da Biblioteca Municipal de Soure. Neste contexto, e tendo em conta o facto de o meu estágio curricular ter tido lugar na Biblioteca Municipal de Soure, considere relevante e interessante tratar um conjunto de dados que permitam observar e compreender de que forma a referida biblioteca e a relação entre os seus utilizadores e a mesma se foi transformando ao longo de duas décadas.

Durante os vinte anos nos quais a Biblioteca Municipal de Soure tem vindo a servir os seus utilizadores, verificaram-se inúmeras transformações políticas, económicas, sociais, culturais, científicas e tecnológicas. O advento das novas tecnologias da informação e comunicação veio provocar uma série de mudanças, mudanças essas que acabaram por revolucionar em vários aspetos a forma como vivemos diariamente.

Quase tudo se encontra à distância de um simples *click*. São vários os serviços públicos que estão agora disponíveis nos mais variados suportes digitais, o comércio *online* continua em rápido crescimento, o entretenimento encontrou novas plataformas, e a fruição cultural pode, atualmente, ser feita de diferentes formas, nomeadamente através de visitas virtuais a museus. É igualmente possível assistir a um concerto ou a uma peça de teatro em direto através de um serviço de *streaming* e, no que diz respeito à questão da leitura, *eBooks* e audiolivros, passaram a apresentar-se como alternativa ao tradicional suporte físico do livro.

O acesso generalizado à internet e o facto de grande parte dos cidadãos portugueses possuírem ou terem acesso regular a dispositivos como *smartphones*, *tablets* e computadores portáteis, traduziu-se numa simplificação no acesso aos materiais tradicionalmente disponibilizados pelas bibliotecas públicas. O acesso à literatura deixou de estar exclusivamente ligado às bibliotecas e às livrarias.

Neste contexto, importa proceder ao levantamento de questões acerca do papel que assume atualmente uma biblioteca pública. Assim, o presente trabalho pretende analisar e compreender como se posiciona a Biblioteca Municipal de Soure perante estas

transformações, de que forma se adapta aos novos desafios, se a relação com os seus utilizadores se alterou e como se alterou.

Parte I
O Concelho de Soure

1.1. Caracterização geral do Concelho de Soure

O Concelho de Soure está integrado no Distrito de Coimbra, sendo este composto por outros dezasseis concelhos. É parte integrante da sub-região do Baixo Mondego, correspondendo à NUT III.

É limitado a Norte pelo Concelho de Montemor-o-Velho (pertencente ao Distrito de Coimbra, com onze Freguesias e 26,171 habitantes), a Nordeste com o Concelho de Condeixa-a-Nova (pertencente ao Distrito de Coimbra, com sete Freguesias e 17,078 habitantes), a Leste pelo Concelho de Penela (pertencente ao Distrito de Coimbra, com quatro Freguesias e 5,983 habitantes), a Sudeste pelo Concelho de Ansião (pertencente ao Distrito de Leiria, com seis Freguesias e 13,128 habitantes), a Sul com o Concelho de Pombal (pertencente ao Distrito de Leiria, com treze Freguesias e 55,217 habitantes) e, a Oeste com o Concelho da Figueira da Foz (pertencente ao Distrito de Coimbra, integrando-o catorze Freguesias e 62,125 habitantes).

O Concelho de Soure é um dos seis concelhos portugueses classificados como sendo territorialmente descontínuos, contudo, trata-se do único caso em que se verifica dupla descontinuidade em território português, na medida em que existe um exclave da Freguesia de Figueiró do Campo no Concelho de Montemor-o-Velho e um exclave da União de Freguesias de Degraçias e Pombalinho no Concelho de Ansião.

Tem uma área de 263,91 km² e 19,245 habitantes. O Concelho é composto por dez Freguesias – Alfarelos (1,439 habitantes); Gesteira (974 habitantes) e Brunhós (180 habitantes); Degraçias (453 habitantes) e Pombalinho (807 habitantes); Figueiró do Campo (1,507 habitantes); Granja do Ulmeiro (1,866 habitantes); Samuel (1,254 habitantes); Tapéus (338 habitantes); Vila Nova de Anços (1,113 habitantes); Vinha da Rainha (1,397 habitantes), e a sede de concelho, Soure (7,917 habitantes).

Estamos perante um concelho pautado pela diversidade no que diz respeito ao seu território, à sua fauna e à sua flora. O concelho é servido em termos ferroviários pela Linha do Norte, nomeadamente, através das estações ferroviárias de Soure, de Alfarelos-Granja do Ulmeiro, de Vila Nova de Anços e dos Simões.

Apesar do contexto urbano no qual se insere, a ruralidade continua a ser uma realidade do concelho. Se, por um lado, se verificam espaços nos quais a vivência da comunidade gira em torno de atividades como o comércio, os serviços e a indústria, a verdade é que o Concelho de Soure continua a ter uma componente rural, na qual a atividade agrícola permanece viva. A agricultura de subsistência continua a fazer parte da

realidade concelhia, registando-se igualmente a agricultura para fins comerciais, em muitos dos casos, para venda no Mercado Municipal. No que diz respeito à atividade agrícola, os campos de arroz e a cultura do milho destacam-se.

Tapéus, Degracias e Pombalinho formam o que se entende por zona serrana do concelho, integrando a sub-região de Sicó, da qual fazem igualmente parte os concelhos de Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela e Pombal. Verifica-se, assim, um contraste em relação às restantes freguesias do concelho, uma vez que se situam em locais significativamente mais planos, envoltos nos rios Anços, Arunca e Pranto e, conseqüentemente, mais próximos dos principais eixos de comunicação.

Outra demonstração da diversidade concelhia assenta na existência das fontes termais da Amieira, da Azenha e do Bicanho. O turismo termal voltou a renascer com a construção do *Palace Hotel & Spa – Termas do Bicanho*, e de casas de férias cujo funcionamento se rege pelo conceito de *bed and breakfast*, e de um pequeno parque de campismo nas Termas da Azenha.

Em termos de vivência e convivência cultural e social, é possível afirmar que o Concelho de Soure se caracteriza por uma forte componente associativa, complementando, assim, as iniciativas culturais dinamizadas pela Autarquia. Grupos de folclore federados e não federados, bandas filarmónicas, grupos corais, tunas e outros grupos musicais, escolas de música e de dança, grupos de teatro, associações desportivas, associações de jovens e outras associações recreativas formam a convivência cultural concelhia.²

Estamos, assim, perante um concelho no qual coexistem diferentes realidades e diferentes formas de convivência. A pluralidade de tradições e de costumes denota-se de freguesia para freguesia. A vila de Soure constitui-se, inevitavelmente, como o polo agregador da diversidade do concelho.

² Consultar uma caracterização sumária do Concelho de Soure, disponibilizada pelo *website* do Município de Soure em <http://www.cm-soure.pt/concelho.html> [consultado em 6 de Setembro de 2018]

1.2. Concelho de Soure: Abordagem histórica

Para dar início a uma abordagem histórica sobre a Vila e o Concelho de Soure, parece-me ser importante começar por referir que se considera que Soure é anterior à Nacionalidade, isto é, antes mesmo de o território português se configurar como Reino de Portugal, já Soure teria sido não só habitado, mas também reconhecido pelo poder central.

As fontes disponíveis não nos permitem apontar o momento exato no qual tiveram lugar as primeiras formas de ocupação do território correspondente a este concelho.

Todavia, é possível identificar presença humana no referido território a partir do Período Neolítico. Verificou-se, igualmente, a ocupação do território durante a Idade do Cobre, ainda que os vestígios arqueológicos disponíveis sejam escassos para esse momento da Pré-História. Da Idade do Bronze possuímos um conjunto significativamente mais vasto de vestígios arqueológicos que comprovam a presença humana em território sourense. Presença essa que é igualmente verificada através de vestígios arqueológicos datados da Idade do Ferro.

Avançando para a Antiguidade Clássica, situamos Soure entre duas *civitas* Romanas, *Conímbriga*, situada no Município de Condeixa-a-Nova, e *Collipo*, no Município de Leiria e no Município da Batalha. Neste contexto, e tendo igualmente em consideração os vestígios arqueológicos do Período Romano encontrados no território do Concelho de Soure, é possível afirmar a ocupação romana do referido território.

A questão complexifica-se relativamente à ocupação visigótica do Concelho de Soure, uma vez que, apesar de terem sido identificados vestígios arqueológicos datados do período visigótico, o debate acerca da sua proveniência e do momento da sua chegada a este território, levanta diversas questões; contudo, parece ser possível afirmar a existência de ocupação humana com base nesses mesmos vestígios.

A partir da Idade Média, é possível traçar uma imagem significativamente mais nítida da História de Soure. O documento escrito mais antigo que menciona Soure remonta a 4 de Setembro de 1043. O referido documento trata da doação de um Mosteiro ao Convento de São Vicente da Vacariça³ por Sisnando, Ordonho e Zalama, os seus fundadores. O Mosteiro alvo da doação estaria localizado em território sourense.

³ O Convento de São Vicente da Vacariça estava localizado na atual Freguesia da Vacariça, pertencente ao Concelho da Mealhada.

Fernando Tavares Pimenta aponta o período moçárabe como tendo sido o momento de edificação do referido Mosteiro, possivelmente no início do século XI⁴, contudo, não se conhece documentação que nos permita obter mais informações sobre o Mosteiro de *Saurio*, como a data da sua edificação e o local exato no qual foi estabelecido.

Quando se aborda a História do Castelo de Soure, é necessário sublinhar que estamos perante um importante marco da História Local. O referido monumento chegou aos nossos dias e assume-se como fundamental para conhecer a História desta localidade na Idade Média, bem como a importância que este território assumiu nesse mesmo momento.

As fontes disponíveis não nos facultam muitas informações acerca da edificação do castelo. Este distingue-se da generalidade dos castelos, uma vez que terá sido edificado numa zona baixa e plana e não numa zona elevada. O Castelo de Soure tirava, assim, proveito da proximidade com o Rio de Anços, servindo como seu fosso.

O castelo terá sido construído por Dom Sesnando, Alvazil de Coimbra, entre 1065 e 1091, segundo Salvado. A sua construção resultou da necessidade de estabelecer e consolidar a linha defensiva de Coimbra.

Em 1111, Dona Teresa e o Conde Dom Henrique outorgam à vila de Soure a sua primeira carta de foral. Assim, Soure foi incluído numa política de outorga de cartas de foral a localidades que estavam inseridas na importante linha defensiva de Coimbra. Os forais de Soure, Sátão, Tavares e Azurara (da Beira) outorgados pelos Condes Portucalenses em 1111 são moldados pela carta de foral de Coimbra, datada do mesmo ano.

Neste sentido, a atribuição da carta de foral à vila de Soure teve como principais objetivos a organização municipal relativamente ao pagamento e à isenção de impostos, às questões da justiça e da organização social municipal e, sobretudo, à organização militar. Pretendia-se, desta forma, atrair mais membros da população para o serviço militar, de maneira a fortalecer a linha defensiva, assegurando as linhas de fronteira para que estas não recuassem perante a ofensiva muçulmana.

A condição fronteiriça de Soure colocava a vila em permanente risco de ataque por parte das forças muçulmanas. Em 1116, essa ameaça materializa-se com o avanço dos Almorávidas, e Fernando Tavares Pimenta dá-nos conta de que a população sourense

⁴ Fernando Tavares Pimenta – “Soure. Das origens Pré-Romanas ao Foral de 1111”, 2011 p. 49.

incendeia o castelo e todos os meios de subsistência para que, as forças muçulmanas não pudessem usufruir dos mesmos.⁵ A população abandona a vila e refugia-se em Coimbra.

Dona Teresa doa o castelo a Fernão Peres de Trava em 1122, passando, posteriormente, para a posse do Cavaleiro Gonçalo Gonçalves, traduzindo-se num esforço de levar a cabo a restituição de Soure.

O castelo volta a ser alvo de doação por parte de Dona Teresa aos Templários, no dia 19 de Março de 1128, passando Soure a ser a primeira sede da referida Ordem Religiosa em território português. A doação de Dona Teresa acabaria por ser confirmada pelo seu filho, Dom Afonso Henriques, no ano seguinte. A Ordem do Templo reconstruiu o Castelo de Soure.

Durante o Reinado de Dom Dinis I, a posse do Castelo de Soure é transferida para a Ordem de Cristo até 1834. E, durante o Reinado de Dom Manuel I, o castelo volta a sofrer algumas alterações.

Ainda sobre o castelo importa referir que, no século XIX duas torres foram vendidas ao primeiro Conde de Verride, João Lobo Santiago Gouveia. O seu debilitado estado de conservação levou a Câmara Municipal de Soure a demolir a sua torre sudoeste, uma vez que a possibilidade de derrocada era eminente. Em 1973, chegou mesmo a ser colocado à venda, todavia, acabou por ser retirado. É somente no ano de 2004 que o monumento é transferido para a posse do Município de Soure.

Com o avanço da Reconquista em direção ao Sul, a vivência militar associada a Soure foi sendo perdida. O território e a população adaptaram-se a uma forma de vida diferente, que não tinha mais a faceta militar e de defesa do território como ponto central. Gozando de um clima de paz, Soure desenvolve-se na atividade agrícola, no comércio e no artesanato.

Em 1490, é construída na vila a Igreja de São Tiago, por ordem do Rei Dom Manuel I, à data Mestre da Ordem de Cristo. A referida Igreja, atualmente conhecida como Igreja Matriz de Soure, terá sido o primeiro edifício a ser mandado construir em Portugal por Dom Manuel.⁶ No contexto da Reforma Manuelina dos Forais, Soure recebeu a sua nova Carta de Foral em 1513.

⁵ Fernando Tavares Pimenta – *ob. cit.*, 2011, p. 63.

⁶ Fernando Tavares Pimenta – “Soure: Família, Matrimónio e Sociedade”, 2009, p. 11.

Terminada a Reconquista e instalada uma forma de vida que já não se centrava no conflito e na defesa do território, Soure vai acabar por voltar a sofrer as consequências de novos conflitos.

No século XIX, as Invasões Francesas deixam um evidente rasto de destruição, não só ao nível de perdas materiais, mas também no que se refere à perda de vidas, na vila de Soure.

Quanto ao conflito que opôs Dom Pedro e Dom Miguel, Soure assumiu-se como sendo um território maioritariamente miguelista. As Guerras Liberais provocaram no referido território, como em todo o país, um ambiente de crispação e de constante tensão.⁷

Durante o período no qual se desenrolou a Primeira Guerra Mundial, a conjuntura que se vivia em Soure assemelhava-se à que se vivia no resto do país. O descontentamento popular tornara-se notório, viveram-se momentos de alta instabilidade e tensão ao nível da política local. O concelho continuava a apresentar carências, sem esforços para providenciar luz elétrica, água potável canalizada e questões de limpeza no espaço público.⁸

Regista-se, por um lado, a especulação de preços e, por outro, a escassez de produtos alimentares como o milho e o açúcar. Esta situação contribui para o aumento do descontentamento da população, bem como do ambiente generalizado de instabilidade e de hostilidade.

Por sua vez, vão chegando notícias de soldados naturais de Soure falecidos nos territórios africanos, e de feridos e mortos em França. Para combater na Grande Guerra, saíram de Soure 233 soldados.⁹

Em 1918, a gripe pneumónica afeta a população sourense, já debilitada por conta da escassez de alimentos e devido ao facto de as questões de saúde pública, provocadas pelas más condições de higiene de espaços públicos, persistirem. Assim, a taxa de mortalidade regista, como seria expectável, um aumento. Terminada a Primeira Guerra Mundial, os soldados naturais de Soure regressam à sua terra, deparando-se com esta conjuntura.

⁷ Augusto dos Santos Conceição – “Soure: A terra abençoada da Pátria”, 1942, p. 58.

⁸ Fernando Tavares Pimenta – “Soure na Grande Guerra (1914-1918)”, 2016, pp. 30-31.

⁹ Fernando Tavares Pimenta – *ob. cit.*, 2016, pp. 47-54.

O atual edifício da Câmara Municipal de Soure é construído em 1902. A disponibilização de luz elétrica na vila tem lugar apenas no dia 26 de Maio de 1927.¹⁰

A primeira iniciativa de constituição de um corpo de bombeiros tem lugar em 1890, criando-se a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Soure, contudo, esta acabou por ser dissolvida pouco tempo depois da sua instituição, para voltar a ser recuperada em 1929.¹¹

Será possível concluir que, apesar de estarem disponíveis vestígios arqueológicos que nos permitem conhecer as primeiras formas de ocupação do território que compreende o Concelho de Soure, o período correspondente à Idade Média representa o momento no qual Soure reclama um lugar mais participativo na História de Portugal. Com a transição para a Época Moderna, essa realidade altera-se, na medida em que a população se vai adaptando a uma forma de vida sem a iminência de invasões e ataques.

Assim, será possível compreender o facto de a História de Soure ser significativamente mais estudada e mais abordada no que se refere ao período medieval, comparativamente a qualquer outro momento da História até à contemporaneidade.

¹⁰ Augusto dos Santos Conceição – *ob. cit.*, 1942, p. 204.

¹¹ Augusto dos Santos Conceição – *ob. cit.*, 1942, p. 191-193.

1.3. A população do Concelho de Soure

Para a elaboração deste capítulo e, para conhecer e caracterizar a população do Concelho de Soure, foram utilizados os dados apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística e pela base de dados *PorData*. Grande parte dos dados estatísticos apresentados resultaram do Recenseamento Geral da População e do Recenseamento Geral da Habitação, levados a cabo no ano de 2011.

Recorreu-se, igualmente, ao Sistema Integrado de Metainformação para a clarificação dos conceitos utilizados pelo INE nos seus quadros-resumo.

O Concelho de Soure era composto por uma população residente de 19,245 habitantes em 2011, sendo que 9,166 são indivíduos do sexo masculino e 10,079 do sexo feminino. Por outro lado, a sua população presente constitui-se com 18,445 indivíduos, dos quais 8,659 são do sexo masculino e 9,786 do sexo feminino.

Quanto ao estado civil, 5,843 habitantes eram solteiros, 10,591 casados, 2,121 viúvos, 620 divorciados e 640 estariam numa situação de união de facto.

Em 2011, o Concelho de Soure registava 238,5% de índice de envelhecimento¹², sendo que, Portugal registara 127,8% para o mesmo índice. No que diz respeito ao índice de dependência de idosos¹³ a média nacional era de 28,8%, enquanto que no Concelho de Soure se registou 46,4%. Neste sentido, o índice de longevidade¹⁴ do Concelho era de 52,7%, igualmente acima da média nacional que apresentava 47,9%.

A distribuição da população residente por grupos etários apresenta 662 habitantes entre os 0 e os 4 anos de idade; 751 habitantes entre os 5 e os 9; 845 habitantes entre os 10 e os 14; 828 habitantes entre os 15 e os 19; 843 habitantes entre os 20 e os 24; 962 habitantes entre os 25 e os 29; 1,226 habitantes entre os 30 e os 34; 1,352 habitantes entre os 35 e 39; 1,172 habitantes entre os 40 e os 44; 1,281 habitantes entre os 45 e os 49; 1,261 habitantes entre os 50 e os 54; 1,280 habitantes entre os 55 e os 59; 1,396 habitantes

¹² Representa o número de pessoas com 65 ou mais anos de idade por cada 100 pessoas com menos de 15 anos.

¹³ Refere-se ao número de pessoas com 65 ou mais anos de idade por cada 100 pessoas entre os 15 e os 64 anos de idade, sendo que este grupo constitui o que se entende por população em idade ativa.

¹⁴ O índice de longevidade reflete o número de pessoas com 75 ou mais anos de idade por cada 100 pessoas com 65 ou mais anos de idade.

entre os 60 e os 64; 1,297 habitantes entre os 65 e os 69; 1,250 habitantes entre os 70 e os 74; e, por fim, 2,839 habitantes com 75 ou mais anos de idade.

É possível concluir que a população do Concelho de Soure se caracteriza por ser uma população envelhecida.

Quanto aos níveis de escolaridade¹⁵, verifica-se que, no mencionado concelho existiam, em 2011, 3,205 habitantes sem qualquer nível de escolaridade, dos quais 970 eram do sexo masculino e 2,235 do sexo feminino. A taxa de analfabetismo totalizava, no mesmo ano, 10,3%. A população analfabeta¹⁶ era composta por 1,828 habitantes, dos quais 461 eram do sexo masculino e 1,367 do sexo feminino.

O concelho era composto por 5,060 habitantes cujo nível de escolaridade era o primeiro ciclo do ensino básico, verificando-se que 2,503 eram do sexo masculino e 2,557 do sexo feminino. Com o segundo ciclo do ensino básico existiam 1,539 habitantes, dos quais 921 eram do sexo masculino e 618 do sexo feminino. Ainda correspondente ao ensino básico, a população era composta por 3,112 habitantes com o terceiro ciclo, dos quais 1,765 eram do sexo masculino e 1,347 do sexo feminino.

Com o ensino secundário registaram-se 1,270 habitantes do sexo masculino e 1,309 do sexo feminino, totalizando 2,579. Ao nível do ensino superior existiam, em 2011, no total 1,332, sendo 468 habitantes do sexo masculino e 864 do sexo feminino.

Por fim, identificou-se a existência de 7,686 famílias clássicas, 13 famílias institucionais e 6,118 núcleos familiares. No que se refere à caracterização do alojamento, registaram-se 11,721 alojamentos clássicos, 4 alojamentos não clássicos e 20 alojamentos coletivos.

I. Freguesia de Soure

A população residente¹⁷ da Freguesia de Soure é composta por 3,778 habitantes do sexo masculino e 4,139 habitantes do sexo feminino, totalizando 7,917 habitantes. Por

¹⁵ Os dados apresentados para os níveis de escolaridade da população do Concelho de Soure referem-se aos habitantes com 15 e mais anos de idade.

¹⁶ Os dados apresentados para a população analfabeta do Concelho de Soure referem-se aos habitantes com 10 e mais anos de idade.

¹⁷ O Sistema Integrado de Metainformação define o conceito de população residente como sendo um “conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período

outro lado, a população presente¹⁸ traduz-se em 7,595 indivíduos, sendo que 3,586 são do sexo masculino e 4,009 são do sexo feminino.

Residem, na referida freguesia, 356 famílias clássicas¹⁹, 6 famílias institucionais²⁰, e 2,502 núcleos familiares²¹.

No que se refere à distribuição da habitação, apresentam-se 4,787 alojamentos familiares. O conceito de alojamento familiar divide-se em alojamentos clássicos²², assinalando 4,787 e, em alojamentos não clássicos²³, representando estes apenas 2 na Freguesia de Soure. Por fim, indicam-se, igualmente, os 10 alojamentos coletivos, que poderão ser pousadas da juventude, unidades hoteleiras e instituições com a valência de

contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano”.

¹⁸ Considera-se como população presente todas as “pessoas que, no momento de observação - zero horas do dia de referência - se encontram numa unidade de alojamento, mesmo que aí não residam, ou que, mesmo não estando presentes, lá chegam até às 12 horas desse dia”, para efeitos de contagem do Recenseamento Geral da População de 2011.

¹⁹ De acordo com o Sistema Integrado de Metainformação, uma família clássica caracteriza-se por ser um conjunto de pessoas que apresentam, entre si, relações de parentesco de direito ou de facto, a residirem num mesmo alojamento. Categorizando, igualmente, qualquer pessoa independente a ocupar um alojamento como sendo uma família clássica.

²⁰ As famílias institucionais são caracterizadas como sendo um “conjunto de pessoas residentes num alojamento coletivo que, independentemente da relação de parentesco entre si, observam uma disciplina comum, são beneficiários dos objetivos de uma instituição e são governados por uma entidade interior ou exterior ao grupo”, pelo Sistema Integrado de Metainformação.

²¹ O conceito de núcleo familiar apresentado pelo Sistema Integrado de Metainformação refere-se a um “conjunto de duas ou mais pessoas pertencentes à mesma família clássica mantendo uma relação de cônjuges, parceiros numa união de facto ou progenitor e descendentes e que pode traduzir-se em casal sem filhos, casal com um ou mais filhos ou pai ou mãe com um ou mais filhos”.

²² Um alojamento familiar clássico é definido como sendo um “Local distinto e independente, constituído por uma divisão ou conjunto das divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente, ou numa parte distinta do edifício (do ponto de vista estrutural), que pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina à habitação na condição de no momento de referência não estar a ser utilizado totalmente para outros fins”.

²³ O Sistema Integrado de Metainformação define um alojamento familiar não clássico como sendo um “alojamento que não satisfaz inteiramente as condições do alojamento familiar clássico pelo tipo e precariedade da construção, porque é móvel, improvisado e não foi construído para habitação, mas funciona como residência habitual de pelo menos uma família no momento de referência”.

alojamento coletivo, como lares de idosos, unidades de cuidados continuados, entre outros.

II. Freguesia de Alfarelos

A Freguesia de Alfarelos é composta por uma população residente de 1,439 habitantes, dos quais 699 são do sexo masculino e 740 do sexo feminino. A população presente é, no total, de 1,388 indivíduos, sendo que 657 são do sexo masculino e 731 são do sexo feminino.

A organização das famílias traduz-se na existência de 599 famílias clássicas, 3 famílias institucionais e 435 núcleos familiares.

No caso específico da Freguesia de Alfarelos não se regista a existência de qualquer situação de alojamento não clássico, sendo registados 816 alojamentos clássicos.

III. União de Freguesias de Gesteira e Brunhós

Em 2011, à data do Recenseamento Geral da População, a Freguesia da Gesteira e a Freguesia de Brunhós não formavam, ainda, a União de Freguesias de Gesteira e Brunhós, por conseguinte, os dados que se referem a cada uma foram tratados separadamente.

Decidiu-se, neste capítulo, tratar os dados de cada uma destas Freguesias da mesma forma em que foram tratados pelo Instituto Nacional de Estatística, todavia, considerou-se apropriado apresentar os dados referentes a ambas as Freguesias num mesmo ponto, uma vez que atualmente se configuram como União de Freguesias.

No que se refere à população da Freguesia da Gesteira, registam-se 464 indivíduos do sexo masculino e 510 do sexo feminino para a população residente, enquanto que, para a população presente se assinalam 913 indivíduos, os quais se dividem em 419 indivíduos do sexo masculino e 494 do sexo feminino.

Apresentam-se 398 famílias clássicas, 1 família institucional e 301 núcleos familiares. Os alojamentos familiares clássicos na referida freguesia são 617, não se verificando a existência de alojamentos familiares não clássicos e, registando-se apenas 1 caso de alojamento coletivo.

A população residente da Freguesia de Brunhós é composta por 180 indivíduos no total, sendo que 83 dos mesmos são do sexo masculino e 97 do sexo feminino, sendo que a população presente se traduz em 177 indivíduos, correspondendo a 82 do sexo masculino e 95 do sexo feminino.

Residem na referida freguesia 76 famílias clássicas e 62 núcleos familiares, não se registando a existência de famílias não clássicas.

São 103 os alojamentos familiares, todos eles clássicos, não existindo alojamentos familiares não clássicos ou coletivos.

IV. União de Freguesias de Degracias e Pombalinho

À semelhança do que se verifica com a União de Freguesias de Gesteira e Brunhós, à data do Recenseamento Geral da População, a Freguesia da Degracias e a Freguesia de Pombalinho não formavam, ainda, a União de Freguesias de Degracias e Pombalinho, por conseguinte, os dados que se referem a cada uma foram tratados separadamente.

Decidiu-se, igualmente, neste capítulo, tratar os dados de cada uma destas Freguesias da mesma forma em que foram tratados pelo Instituto Nacional de Estatística todavia, considerou-se apropriado apresentar os dados referentes a ambas as freguesias num mesmo ponto, uma vez que atualmente se configuram como União de Freguesias.

A Freguesia de Degracias apresenta 211 habitantes do sexo masculino e 242 habitantes do sexo feminino, totalizando 453 habitantes para a população residente da mesma. Para a população presente assinalam-se 199 indivíduos do sexo masculino e 225 do sexo feminino, totalizando, assim, 177 indivíduos que representam a população presente na referida freguesia.

A organização familiar desta freguesia apresenta 197 famílias clássicas e 140 núcleos familiares, não apresentando, por seu turno, nenhuma família institucional. Por fim, registam-se 278 alojamentos familiares e 1 alojamento coletivo.

A população residente da Freguesia de Pombalinho é composta por 807 indivíduos, sendo que 386 são do sexo masculino e 421 são do sexo feminino. A população presente da mesma freguesia é composta por 382 indivíduos do sexo masculino e 420 do sexo feminino, totalizando 802 indivíduos que compõem a sua população presente.

São 345 as famílias clássicas, 0 as famílias não clássicas e 281 os núcleos familiares que constituem a organização familiar de Pombalinho. Existiam, à data do Recenseamento Geral da População, 650 alojamentos clássicos, 0 não clássicos e 1 alojamento coletivo.

V. Freguesia de Figueiró do Campo

A Freguesia de Figueiró do Campo apresenta uma população residente total de 1,507 indivíduos, distinguindo-se 718 indivíduos do sexo masculino e 789 do sexo feminino. A sua população presente conta com 678 indivíduos do sexo masculino e 775 do sexo feminino, totalizando 1,453 indivíduos.

Assinalam-se 597 famílias clássicas e 485 núcleos familiares, também neste caso específico, não se verificam quaisquer famílias não clássicas. Por fim, identificaram-se 770 alojamentos familiares clássicos, não existindo na Freguesia de Figueiró do Campo alojamentos familiares não clássicos ou coletivos.

VI. Freguesia da Granja do Ulmeiro

A população residente na Freguesia da Granja do Ulmeiro é composta por 1,866 indivíduos, sendo que 866 são indivíduos do sexo masculino e 1000 do sexo feminino. Por outro lado, a população presente na mesma freguesia assinala 800 indivíduos do sexo masculino e 964 do sexo feminino, totalizando 1,764 indivíduos que perfazem a população presente.

Verificou-se a existência de 736 famílias clássicas, de 1 família institucional e 599 núcleos familiares. No que se refere à questão dos alojamentos familiares, identificaram-se 1,055 alojamentos clássicos e 1 alojamento coletivo.

VII. Freguesia de Samuel

A população da Freguesia de Samuel caracteriza-se por apresentar 611 indivíduos do sexo masculino e 643 do sexo feminino, registando, assim, 1,254 indivíduos que compõem a população residente, enquanto que, no que se refere à população presente, se

registam 1,208 indivíduos, sendo que 577 são do sexo masculino e 631 são do sexo feminino.

Na referida freguesia identificaram-se 535 famílias clássicas e 406 núcleos familiares, não se registando a existência de qualquer família institucional. No que se refere ao alojamento, verifica-se a existência de 822 alojamentos clássicos e 1 alojamento não clássico, não se identificando qualquer alojamento coletivo.

VIII. Freguesia de Tapéus

A Freguesia de Tapéus é composta por uma população residente de 338 habitantes, dos quais 165 são indivíduos do sexo masculino e 173 do sexo feminino, e por uma população presente de 329 indivíduos, sendo 158 do sexo masculino e 171 do sexo feminino.

No que se refere à tipologia das famílias, existem 140 famílias clássicas e 111 núcleos familiares na referida freguesia, não existindo nenhum caso que se enquadre no conceito de família institucional. Quanto à distribuição do alojamento, verifica-se a existência de 215 alojamentos familiares clássicos e 1 alojamento familiar não clássico, não se verificando a existência de alojamentos coletivos.

IX. Freguesia de Vila Nova de Anços

Composta por uma população residente de 1,113 indivíduos que se dividem entre 525 indivíduos do sexo masculino e 588 do sexo feminino, a Freguesia de Vila Nova de Anços regista igualmente uma população presente de 1,063 indivíduos, sendo que 501 são do sexo masculino e 562 do sexo feminino.

Verifica-se a existência de 445 famílias clássicas, 1 família institucional e 358 núcleos familiares. No que se refere ao alojamento nesta freguesia, registam-se 669 alojamentos clássicos familiares e 1 alojamento coletivo, não se verificando a existência de qualquer situação de alojamento que se insira no conceito de alojamento familiar não clássico.

X. Freguesia da Vinha da Rainha

A Freguesia da Vinha da Rainha apresenta uma população residente de 1,397 indivíduos, dos quais 660 são indivíduos do sexo masculino e 737 do sexo feminino. A população presente da referida freguesia é composta por 620 indivíduos do sexo masculino e 709 do sexo feminino, totalizando 1,329 indivíduos que formam a taxa de população presente.

Assinalam-se 602 famílias clássicas, 1 família institucional e 439 núcleos familiares. Quanto à questão do alojamento, verifica-se, na Freguesia da Vinha da Rainha, 941 alojamentos familiares clássicos e 2 alojamentos coletivos, não se verificando quaisquer alojamentos familiares não clássicos.

Parte II
A Biblioteca Municipal de Soure

2.1. Caraterização geral

A Biblioteca Municipal de Soure abriu as suas portas ao público a 7 de Maio de 1998, dia da sua inauguração todavia, o projeto para a sua criação e abertura teve início nos finais dos anos 80 do século XX, momento em que o edifício que alberga os seus serviços foi adquirido pela Câmara Municipal de Soure.

O edifício da Biblioteca Municipal de Soure era uma casa de habitação, tendo sido sujeito a obras, de forma a adaptar-se a uma configuração adequada para acolher uma Biblioteca Municipal e para os seus serviços, de acordo com as normas orientadoras presentes no Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais²⁴, no qual a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas elenca uma série de diretrizes para o estabelecimento de uma biblioteca municipal.

A Câmara Municipal de Soure celebrou o contrato-programa com o, então, Instituto Português do Livro e da Leitura, para a criação de uma biblioteca municipal, passando assim a ser parte integrante da Rede Nacional de Leitura Pública.

A Biblioteca Municipal de Soure situa-se na Praça Miguel Bombarda 3130-257 em Soure, no centro histórico da vila. Encontra-se apenas a 120 metros de distância do Castelo de Soure, a 170 metros de distância do Museu Municipal, a 36 metros da Igreja de São Tiago, a 240 metros do Mercado Municipal e a 44 metros das Piscinas Municipais. Beneficia, ainda, da partilha de um jardim com as Piscinas Municipais.

A localização do edifício que alberga a biblioteca municipal insere-se no contexto de uma política de requalificação e de reanimação dos centros históricos, ao nível nacional dos finais dos anos oitenta do século passado.

Este edifício assume, portanto, uma posição central no centro histórico da vila, estando rodeado de habitações, comércio, serviços e outras entidades culturais. Os centros históricos são, por excelência, o polo a partir do qual as localidades se desenvolvem e ampliam a partir desse mesmo centro. Ao longo do tempo, começaram a formar-se anéis em volta destes centros históricos, provocando uma dispersão do agregado populacional. As periferias foram ganhando força com a saída de pessoas e de serviços dos centros históricos. Contudo, persiste uma reclamação da centralidade do espaço por parte dos

²⁴ Consultar o Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais em http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/Doc01_ProgramadeApoio2009.pdf [consultado a 11 de Maio de 2018].

mesmos através da dinamização de atividades culturais e de ações voltadas para o turismo.

O edifício da BMS é composto por três pisos, sendo que o rés-do-chão inclui a área de receção e atendimento, uma zona com dois computadores com acesso à internet e com salas dedicadas ao público infantojuvenil, incluindo uma sala do conto e uma sala para artes manuais. O segundo piso está reservado ao público adulto, no qual se localiza um auditório com cinquenta lugares sentados, uma sala audiovisual e uma zona com dois computadores com acesso à internet. No terceiro piso localiza-se o depósito.

A Biblioteca Municipal de Soure foi projetada como sendo uma biblioteca municipal de tipo 2 (BM2)²⁵, tendo em vista o então expectável crescimento demográfico no concelho, servindo atualmente os 19,245 habitantes do Concelho de Soure²⁶, disponibilizando serviços de leitura de presença, de empréstimo domiciliário, de acesso a publicações periódicas como jornais e revistas, de acesso à internet, de acesso a material audiovisual como música, filmes e documentários, e ainda, serviços de referência e pesquisa em catálogo.

O seu fundo documental encontra-se catalogado e informatizado, fazendo parte do mesmo, livros, publicações periódicas e material não-livro.

A Rede de Bibliotecas de Soure, da qual fazem parte treze Bibliotecas – a Biblioteca Municipal de Soure e doze Bibliotecas Escolares –, apresentou o Catálogo da Rede no dia 7 de Maio de 2018, na ocasião do vigésimo aniversário da Biblioteca Municipal de Soure. A apresentação ao público deste catálogo traduz-se numa aproximação à comunidade e de uma simplificação do acesso ao catálogo disponível para consulta dos munícipes.

Neste sentido, importa mencionar o importante apoio técnico prestado pela biblioteca municipal no que diz respeito à organização e à gestão das Bibliotecas Escolares do concelho de Soure, estendendo-se essa relação colaborativa a ações de promoção da leitura.

²⁵ As Bibliotecas Municipais de tipo 2 estão destinadas a concelhos compostos por uma população entre 20.000 e 50.000 habitantes. As Bibliotecas Municipais de tipo 1 destinam-se a concelhos compostos por uma população até 20.000 habitantes, e as de tipo 3 destinam-se a concelhos com mais de 50.000 habitantes.

²⁶ Instituto Nacional de Estatística: Censos – Resultados definitivos. Região Centro – 2011, disponível em http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=156644135&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554

[consultado a 14 de Maio de 2018].

A Biblioteca Municipal de Soure trabalha, ainda, no sentido de promover os hábitos de leitura desde a primeira infância em colaboração com as creches e jardins de infância das Instituições Particulares de Solidariedade Social, os jardins de infância e as escolas do Concelho de Soure, organizando pelo menos duas visitas em cada ano letivo à biblioteca municipal.

Verifica-se, assim, uma estreita ligação entre a comunidade educativa do Concelho de Soure e a biblioteca municipal, sendo notório o empenho na disponibilização de ações para o público escolar, ações essas que não se caracterizam somente pelo objetivo da promoção de leitura, indo mesmo mais além, abrindo portas para a exploração de diversas temáticas. Estas ações abordam diversos assuntos pertinentes nos programas, projetos e metas curriculares em vigor, complementando desta forma a oferta formativa facultada à comunidade em idade escolar pelos estabelecimentos de ensino.

2.2. A Biblioteca Municipal de Soure entre 1998 e 2017

A Biblioteca Municipal de Soure abriu as suas portas ao público no dia 7 de Maio de 1998 e, como me foi possível verificar no decorrer do estágio curricular e, conseqüente elaboração do presente relatório, tem vindo a fazer um trabalho dedicado a todos os públicos, estando próxima da comunidade em que se insere.

Desde 1998, o advento das novas tecnologias da informação e comunicação contribuiu para a alteração da forma como as sociedades se relacionam com a educação, com a informação, com a cultura, com a utilização de serviços, com o consumo no geral e mesmo no que se refere às relações interpessoais nos mais variados contextos familiar, escolar, profissional e comunitários.

A relação com o livro, a leitura e, conseqüentemente, com a biblioteca, enquanto espaço sofreram, igualmente, transformações na transição para o século XXI e à medida em que se assistiu a uma democratização do acesso às novas tecnologias da informação e comunicação e à internet, tanto no plano pessoal e familiar, como no plano público.

Deste modo, levanta-se um conjunto de questões, como – Quais são os novos desafios que enfrentam, atualmente, as bibliotecas públicas?; Como se adaptam as bibliotecas públicas às transformações impostas pelo rápido desenvolvimento e acessibilidade generalizada às TIC e à internet?; Quais são as exigências e expectativas para uma biblioteca pública por parte dos seus utilizadores?; Como se caracteriza a utilização de uma biblioteca pública atualmente?; A utilização das bibliotecas públicas alterou-se? Se sim, de que forma?; –, questões estas que deverão ser pensadas relativamente ao caso específico da Biblioteca Municipal de Soure.

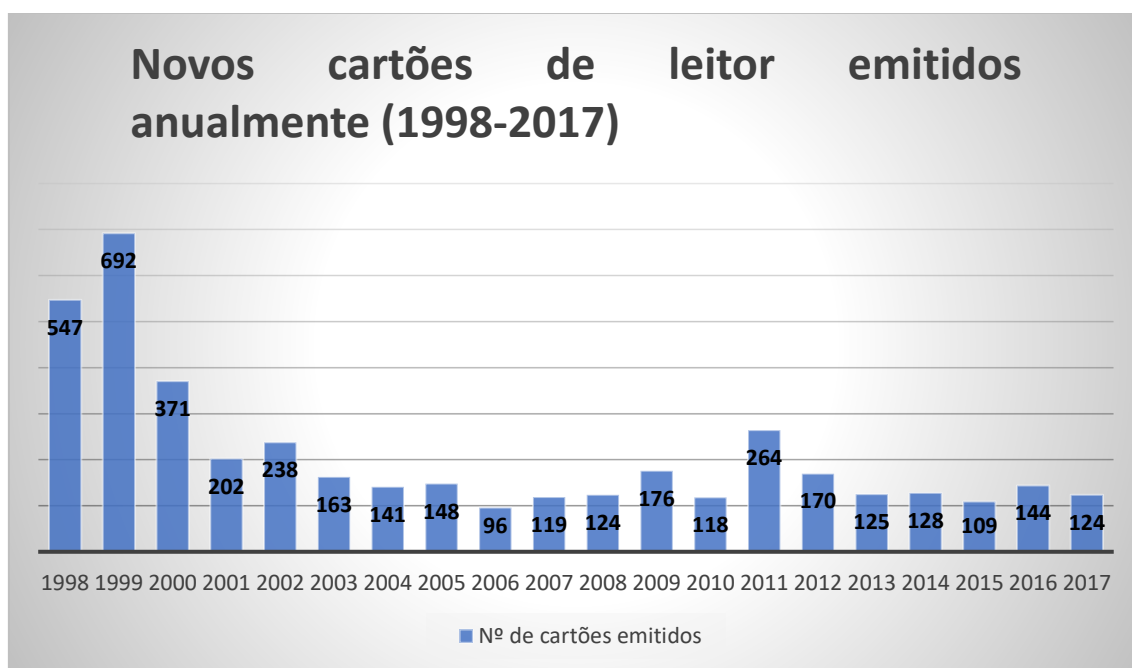
Para a elaboração deste ponto, foi considerado um conjunto de dados estatísticos disponibilizados pela Biblioteca Municipal de Soure. Os referidos dados estatísticos correspondem à emissão de novos cartões de leitor em cada ano, o número de requisições para empréstimo domiciliário, as utilizações dos serviços de acesso à internet e, por fim, o número de visitas anuais à biblioteca municipal.

De referir que estes dados se inserem no período compreendido entre 1998 e 2017, coincidindo com o vigésimo aniversário da abertura da Biblioteca Municipal de Soure ao público.

I. Emissão anual de novos cartões de leitor

Os dados que se referem à emissão anual de novos cartões de leitor, permitem-nos conhecer o número de novos leitores inscritos anualmente na Biblioteca Municipal de Soure. Através do presente gráfico torna-se possível observar e analisar de que forma a chegada de novos leitores à biblioteca municipal foi evoluindo desde 1998.

Gráfico 1. Emissão anual de novos cartões de leitor – inscrições de novos leitores na Biblioteca Municipal de Soure (1998-2017)



Entre Maio e Dezembro de 1998, registou-se a emissão de 547 cartões de leitor, traduzindo-se, portanto, na inscrição de 547 de leitores na Biblioteca Municipal de Soure em menos de um ano. Em 1999, observou-se um aumento na inscrição de novos leitores face ao ano anterior com 692 inscrições, tratando-se, portanto, do ano no qual foram emitidos mais cartões para novos leitores.

Os dois anos que se seguem, 2000 e 2001 registam uma diminuição no que se refere à emissão de novos cartões de leitor, assinalando-se respetivamente 371 e 202 inscrições de novos leitores. Em 2002 verifica-se novo aumento com a inscrição de 238 novos leitores, para diminuir novamente em 2003 com a emissão de 163 cartões para novos leitores.

O ano de 2004 com a inscrição de 141 novos leitores revela um decréscimo face ao ano anterior, contudo, no ano de 2005 é assinalada a emissão de 148 novos cartões de leitor, número que, não representado um aumento significativo, acaba por configurar mais uma recuperação.

Como é possível observar no gráfico correspondente, 2006 foi o ano no qual se levou a cabo o menor número de inscrições, registando apenas 96 novos leitores. Todavia, os três anos que se seguem – 2007 com 119 novos leitores, 2008 com 124 novos leitores e 2009 com 176 novos leitores – traduzem-se no período no qual se identificou uma maior consistência, revelando um aumento consecutivo no que se refere à emissão de novos cartões de leitor.

A chegada de novos leitores à Biblioteca Municipal de Soure continua a ser pautada pela inconsistência nos anos seguintes, com 2010 a registar 118 novos leitores, 2011 demonstrando um aumento com 264 novos leitores, mais do dobro face ao ano anterior.

Assinalam-se dois anos consecutivos de decréscimo, em 2012 com 170 novos leitores e em 2013 com 125. Os últimos quatro anos do período abrangido são caracterizados por sucessivos aumentos e decréscimos. No ano de 2014, a biblioteca municipal recebeu 128 novos leitores, em 2015 foi levada a cabo a inscrição de 109 leitores, por fim, em 2016 e 2017 assinalou-se, respetivamente, a inscrição de 144 e 124 novos leitores.

Torna-se, deste modo, possível conhecer o ritmo de chegada de novos leitores à Biblioteca Municipal de Soure desde 1998, o seu ano de abertura ao público, até 2017 e caracterizar através de um padrão pautado pela instabilidade. Desta forma, não é possível considerar a inscrição de novos leitores, no plano geral, através de uma trajetória ascendente ou descendente. Estamos, verdadeiramente, perante um padrão pautado por anos de aumentos e decréscimos que se vão quase que intercalando perfeitamente, identificando-se momentos em que se registam aumentos e decréscimos em dois anos seguidos e, em apenas uma ocasião, em três anos seguidos.

Os primeiros três anos de abertura ao público – 1998, 1999 e 2000 – apresentam os números mais elevados de novos leitores, o que se poderá justificar com a apresentação, aproximação e consolidação da Biblioteca Municipal de Soure em relação aos habitantes do Concelho de Soure. O primeiro triénio do período considerado é caracterizado pela chegada de novos utilizadores que correspondem à população em geral,

não se limitando à população escolar que, paulatinamente, se vai tornando no grupo mais representativo de novas inscrições anuais.

Por conseguinte, será necessário ter em consideração que uma porção significativa das inscrições anuais de novos leitores corresponde a crianças que integram pela primeira vez, em cada ano, as IPSS, os jardins de infâncias e outros estabelecimentos de ensino no Concelho de Soure. Desta forma, esta variação de ano para ano deve-se, em certa medida, ao facto de o número de crianças que integram este tipo de instituições anualmente ser igualmente variável.

A evolução da população será um fator relevante para compreender a evolução da utilização da Biblioteca Municipal de Soure. O *PorData* disponibiliza dados relativos ao índice de envelhecimento, à taxa bruta de natalidade, à taxa bruta de mortalidade e à população residente no concelho no período compreendido entre 2009 e 2007.

A população residente do Concelho de Soure diminuiu de ano para ano entre 2009 e 2017, não se observando, em nenhum momento, um movimento de crescimento da população. Isto é, no período compreendido, a população do concelho diminuiu, o que se poderá traduzir numa perda de utilizadores para a BMS.

O índice de envelhecimento caracteriza-se por um movimento ascendente no mesmo período, ou seja, o referido índice aumentou de forma consistente. Para além de estarmos perante uma diminuição da população residente no Concelho de Soure, estamos igualmente perante o envelhecimento dessa mesma população.

A taxa bruta de natalidade e a taxa bruta de mortalidade constituem-se, igualmente, como fatores que contribuem para o número de utilizadores da biblioteca municipal. Estas duas taxas registam evoluções pautadas por aumentos e diminuições que se vão sucedendo.

Assim, a análise dos dados que representam a chegada de novos leitores à BMS, bem como a dos que seguidamente se apresentaram, não se poderá reger apenas pelo forte desenvolvimento das TIC, sendo necessário considerar, igualmente a evolução da população.

II. Visitas à Biblioteca Municipal de Soure

Optou-se por incluir os dados que se referem ao número de utilizadores que visitaram anualmente as instalações da Biblioteca Municipal de Soure, uma vez que

permite conhecer a relação dos leitores com a biblioteca enquanto espaço físico, bem como a forma como essa relação foi evoluindo e se foi transformando no período compreendido.

É possível identificar 2010 como tendo sido o ano no qual foi registado o número mais elevado de visitas de leitores à Biblioteca Municipal de Soure, sendo que o ano seguinte, 2011, se apresenta como tendo sido o ano com o número mais reduzido de visitas, comparativamente aos restantes anos do período considerado.

Em 2009 registaram-se 20,904 visitas à Biblioteca Municipal de Soure e, no ano seguinte, em 2010, verificou-se um aumento para 28,392 visitas. O ano de 2011 regista um decréscimo face ao anterior com 9,157 visitas à biblioteca municipal.

O ano de 2012 recebeu um aumento significativo do número de visitas, apresentando 25,116 visitantes. Observa-se um decréscimo em 2013 com 21,736 visitantes, sendo que a tendência para a diminuição de visitas persiste em 2014, ano no qual se registaram 13,078 visitantes.

Em 2015, há um novo movimento crescente como 22,061 visitantes, registando-se uma diminuição em 2016 com 16,835. Por fim, o ano de 2017 volta a apresentar uma tendência para o aumento do número de visitas, ainda que pouco significativo face ao ano precedente, com 16,952 visitantes.

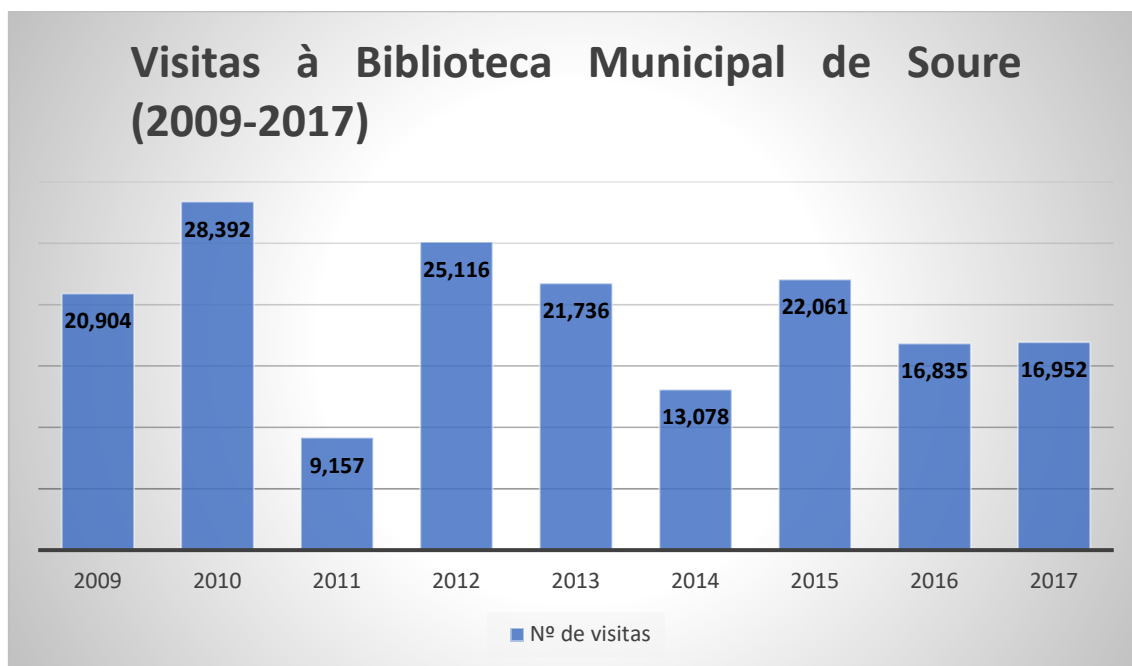
Não é possível identificar uma tendência de crescimento ou de decréscimo no que se refere ao número de indivíduos que visitam a Biblioteca Municipal de Soure anualmente. O número de visitas varia de ano para ano, apresentando-se um panorama geral de aumentos e diminuições sucessivos.

Por outro lado, é possível identificar que o número médio de visitas anuais se situava entre vinte mil e menos de 23 mil visitantes, identificando-se a exceção assinalada do ano de 2011 que registou apenas 9,157 visitas, classificando-se como a quebra mais evidente face aos restantes anos. A partir de 2014, o número médio de visitas passou a situar-se em menos de vinte mil, entre treze mil e menos de vinte mil visitantes, classificando-se o ano de 2015 como exceção, tendo recebido 22,061 visitas.

Em suma, não será inadequado considerar que, apesar de ser notória uma constante recuperação em relação aos momentos nos quais se regista uma diminuição do número de visitas, se assistiu a uma quebra do número das mesmas a partir de 2014, quebra essa que é demonstrada em 2016 e 2017. Todavia, seria relevante e interessante continuar um trabalho de observação desta questão nos próximos anos, atentando

igualmente a evolução demográfica do concelho, de forma a confirmar se esta quebra se mantém ou se se irá operar uma recuperação.

Gráfico 2. Número anual de visitas/visitantes na Biblioteca Municipal de Soure (2009-2017)²⁷



III. Documentos requisitados para empréstimo domiciliário

Considerou-se que, através do número de documentos requisitados anualmente para empréstimo domiciliário, seria pertinente para traçar o caminho que tomou a relação entre o leitor e o livro, enquanto objeto físico, tendo em conta as alternativas digitais disponíveis como *eBooks* e audiolivros.

O acesso às referidas alternativas ao livro físico tornou-se cada vez mais simples e, num contexto de sociedades em constante movimento, captou o interesse dos utilizadores pela facilidade de utilização e pela sua comodidade.

Por outro lado, será igualmente interessante confrontar os dados referentes ao empréstimo domiciliário com os dados referentes ao número de visitas à Biblioteca

²⁷ Os dados correspondentes ao período compreendido entre 1998 e 2008 não estão disponíveis para consulta devido a questões de ordem informática. Considerou-se, todavia, pertinente incluir os dados disponíveis para os restantes anos entre a partir de 2009 até 2017.

Municipal de Soure, de forma a apurar se a requisição de materiais acompanhou a tendência que se refere à visita dos utilizadores ao espaço da Biblioteca.

Gráfico 3. Número de documentos (livros) requisitados anualmente para empréstimo domiciliário (1998-2017)



O ano de abertura ao público, 1998, correspondeu ao ano no qual se registou o menor número de pedidos de requisição de documentos para empréstimo domiciliário. É possível afirmar que este foi o ano de estabelecimento da Biblioteca Municipal de Soure, devendo sublinhar-se que os dados para 1998 não incluem os meses de Janeiro a Abril. O primeiro ano da Biblioteca Municipal de Soure contou com a inscrição de 547 novos leitores e com 1,130 pedidos para empréstimo domiciliário.

Em 1999 observa-se uma subida considerável com 5,105 movimentos de empréstimo domiciliário, demonstrando o crescimento e a afirmação da biblioteca na comunidade na qual se insere. O ano seguinte, 2000, apresenta um pequeno decréscimo com 4,202 requisições para empréstimo domiciliário, voltando a registar crescimento em 2001, com 4,493 pedidos para empréstimo domiciliário.

A tendência para o aumento no que se refere ao empréstimo domiciliário continua em 2002 com 4,491 pedidos. Contudo, 2003 apresenta uma descida para 3,736 pedidos de empréstimo. Em 2004, regista-se novo decréscimo com 3,272 pedidos.

Os anos seguintes vão seguir o mesmo movimento de diminuição, observando-se 2,642 pedidos de empréstimo em 2005, 2,510 pedidos em 2006, 2,065 pedidos em 2007 e, 1,984 pedidos em 2008.

Em 2009, os movimentos referentes ao empréstimo domiciliário crescem novamente, apresentando 2,276 pedidos de empréstimo. A tendência de crescimento estende-se aos anos seguintes, com 2010 a registrar 2,826 pedidos e com 2011 a apresentar um crescimento significativo com 4,016 pedidos. O ano de 2012 registou 4,959 pedidos para empréstimo domiciliário, dando, assim, continuidade ao padrão de crescimento.

Ainda que se tenha observado um evidente aumento do número de documentos requisitados para empréstimo domiciliário, 2013 acaba por se assumir como a quebra desse mesmo crescimento, apresentado uma descida para 4,398 pedidos. No entanto, o ano de 2014 vem apresentar um impressionante aumento com 7,416 pedidos de empréstimo domiciliário, tornando-se no ano no qual se registou o número mais elevado de requisições para empréstimo domiciliário no período compreendido.

Os três anos seguintes não sustentam o resultado de 2014, observando-se um decréscimo para 3,436 pedidos em 2015. Todavia, 2016 e 2017 apresentam o início de um padrão de crescimento, com 3,750 e 3,816 pedidos de empréstimo, respetivamente.

No plano geral, é possível afirmar que, apesar de se verificarem momentos de aumento e decréscimo do número de pedidos para empréstimo domiciliário, torna-se igualmente possível identificar, por um lado, períodos consistentes de descida e, por outro lado, de subida, desse mesmo número.

O período que inclui 1998, 1999, 2000 e 2001 traduz-se num momento de sucessivos aumentos e decréscimos. A partir de 2002, observa-se um padrão de decréscimo até 2008, traduzindo-se na diminuição do número de pedidos de empréstimo domiciliário em sete anos consecutivos. O ano de 2009 vem iniciar um momento de crescimento consistente que se alarga até 2012.

O triénio de 2013 a 2015, demonstra novamente um período de sucessivos aumentos e decréscimos, contudo, os anos de 2016 e 2017 apresentam uma subida do número de requisições para empréstimo domiciliário.

Confrontando os dados referentes ao empréstimo domiciliário com os dados referentes ao número de visitas à BMS, conclui-se que foram apenas quatro os anos nos quais se verificou que o número de documentos requisitados para empréstimo domiciliário e o número de visitas coincidiram ora a aumentar, ora a diminuir. Em 2010, 2012 e 2017 verifica-se um aumento de ambos e em 2013 verifica-se um decréscimo.

Contudo, no período compreendido entre 2009 e 2017, o comportamento dos referidos dados é distinto e não parece evoluir no mesmo sentido.

Este facto poderá ser justificado pelo facto de um utilizador ter a possibilidade de requisitar até cinco livros para empréstimo domiciliário, assim, se um utilizador fizer apenas uma visita à biblioteca municipal, mas requisitar cinco livros, o número de visitas será menor se dois utilizadores visitarem a Biblioteca Municipal de Soure e requisitaram apenas dois livros e vice-versa. Será igualmente necessário ter em consideração que uma percentagem dessas visitas não terá necessariamente de se traduzir na requisição de livros, uma vez que uma visita poderá ter como objetivo a participação numa atividade cultural dinamizada na biblioteca, a utilização dos computadores para o acesso à internet, a leitura de periódicos e revistas ou mesmo a leitura de presença de livros.

IV. Utilização da ligação à Internet

Tendo em conta que se procedeu ao levantamento de questões relativas à forma como se poderá ter transformado a utilização das bibliotecas públicas à luz do rápido crescimento e afirmação das tecnologias da informação e comunicação, bem como de todo o mundo digital, considereei indispensável incluir os dados que se referem à utilização da ligação à internet na Biblioteca Municipal de Soure pelos seus utilizadores.

Será, igualmente, interessante confrontar estes dados com os dados referentes à utilização de outros serviços disponibilizados pela biblioteca municipal, como a requisição de livros para leitura domiciliária. Deste modo, poderá ser possível verificar se o comportamento que se observa na requisição para leitura domiciliária coincide ou difere da utilização do serviço de ligação à internet na Biblioteca Municipal de Soure.

O ano de 2007 registou 6,686 utilizações do serviço de ligação à internet, sendo que, no ano seguinte, em 2008, este número aumentou para as 8,203 utilizações. Em 2009, regista-se uma pequena queda no que se refere ao número de utilizações do serviço de ligação à internet, registando-se 7,980 utilizações na Biblioteca Municipal de Soure.

No ano de 2010, observa-se um aumento considerável com 10,994 utilizações dos serviços de internet. Em 2011, assinalaram-se 9,302 configurando, assim, uma descida face ao ano anterior. A tendência para a diminuição do número de utilizações do referido serviço na Biblioteca Municipal de Soure mantém-se nos três anos seguintes: com 8,626 utilizações em 2012, 7,644 utilizações em 2013 e, 4,337 utilizações em 2014, sendo este

o ano no qual se regista o menor número de utilizações dos serviços de ligação à internet no período compreendido na análise.

O padrão decrescente é, então, interrompido, pelo aumento do número de acessos à internet em 2015 e 2016. O ano de 2015 assinalou um aumento de 413 utilizações face ao ano anterior, com 4,750 utilizações. Todavia, 2016 apresenta-se como o ano no qual se regista o aumento mais significativo com 14,960 utilizações dos serviços de acesso à internet, mais 10,210 utilizações do que as registadas no ano precedente.

Após este momento que se traduziu num aumento notável do número de utilizações das ligações à internet na Biblioteca Municipal de Soure, 2017 registou um decréscimo de 451 utilizações, totalizando os 9,759 acessos.

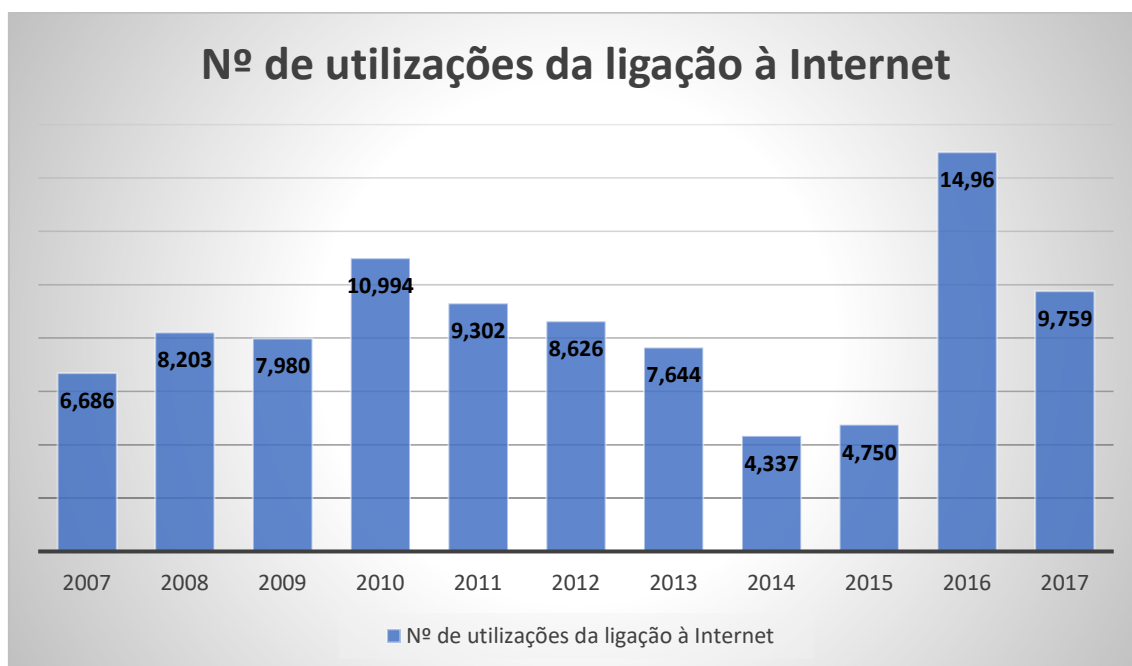
Em suma, o padrão de utilização deste serviço disponibilizado pela BMS é marcado por sucessivos aumentos e decréscimos quanto ao número anual de acessos à internet pelo público utilizador da biblioteca. No entanto, é necessário sublinhar que, o período entre 2011 e 2014 se configurou como um momento de constante decréscimo sendo, portanto, o momento mais estável entre 2007 e 2017, o período considerado para esta análise.

Entre 2007 e 2017, o número de utilizações das ligações à internet é superior ao número de documentos requisitados para empréstimo domiciliário em todos os anos, com a exceção de 2014, ano no qual se verifica que se registaram mais requisições para empréstimo domiciliário do que utilizações do acesso à internet na Biblioteca Municipal de Soure.

Não é possível estabelecer uma relação de concordância entre o comportamento evolutivo entre os referidos dados, uma vez que no período considerado, apenas em 2010, 2013 e 2016 coincidem no mesmo movimento de crescimento e de decréscimo. Ou seja, nos momentos em que as utilizações dos serviços de ligação à internet aumentam, as requisições de livros para empréstimo domiciliário diminuem e vice-versa.

Deste modo, não se torna possível traçar uma linha comum em relação à utilização destes dois serviços pelos utilizadores da Biblioteca Municipal de Soure. No entanto, é possível concluir que a utilização dos referidos serviços é feita de diferentes formas, não estando interligada na medida em que, um utilizador que visita a BMS para usufruir do acesso à internet não usufrui, necessariamente, do serviço de leitura domiciliária.

Gráfico 4. Número de utilizações das ligações à Internet na Biblioteca Municipal de Soure pelos seus utilizadores (2007-2017)²⁸



Analisados os dados referentes à Biblioteca Municipal de Soure, conclui-se que não existiu um ponto de quebra na utilização dos seus serviços. Observa-se um padrão geral de momentos de crescimento e de momentos de diminuição que se vão sucedendo quase perfeitamente intercalados.

Os momentos de decréscimo, no panorama geral, acabam por demonstrar uma capacidade de recuperação, seguindo-se um momento de crescimento. Tendo em conta o panorama geral, conclui-se que este comportamento evolutivo marcou o percurso da biblioteca municipal desde o momento da sua abertura ao público.

Neste sentido e, no caso específico da Biblioteca Municipal de Soure, não será correto adotar a ideia de “morte do livro” e de avanço da biblioteca pública para o estatuto de obsoleta enquanto instituição cultural. Umberto Eco ilustra a ideia de que uma nova

²⁸ Os dados correspondentes ao período compreendido entre 1998 e 2006 não estão disponíveis para consulta devido a questões de ordem informática. Considerou-se, todavia, pertinente incluir os dados disponíveis para os restantes anos entre a partir de 2007 até 2017.

tecnologia não tem, necessariamente, de eliminar a que lhe precedeu²⁹ e, assumindo essa posição, concluo que, ainda que novas formas de acesso a conteúdos tradicionalmente disponibilizados pelas bibliotecas públicas se tenham vindo a afirmar, não significa automaticamente que as bibliotecas públicas se tornem obsoletas.

Outra questão que não pode ignorar neste contexto, é o contexto em que a biblioteca municipal se insere e a população que serve. Ora, a população do Concelho de Soure é uma população envelhecida. Os jovens naturais do concelho a frequentar o ensino superior, transferem-se para as grandes cidades e, em muitos dos casos, para pontos do país bastante afastados de Soure. Esta transferência de jovens é igualmente operada no que se refere à utilização de bibliotecas públicas. A biblioteca municipal é substituída, pelo menos temporariamente, pelas bibliotecas das Universidades e das Faculdades.

Resta-me sublinhar o esforço levado a cabo pela Biblioteca Municipal de Soure em servir a população sourense no seu todo, dinamizando atividades e iniciativas de cariz cultural para a população em geral, desde a primeira infância até à terceira idade. A biblioteca entra na vida cultural dos habitantes do concelho desde os primeiros anos de vida, trabalhando com as crianças no sentido de fomentar o gosto pela leitura e de construir uma relação com a Biblioteca Municipal de Soure, convidando-os, desde muito cedo, a assumirem um papel de leitor e de utilizador.

A BMS adaptou-se à rápida afirmação das tecnologias de informação e comunicação e da internet, disponibilizando vários computadores e ligação à internet para utilização dos seus utilizadores. E, mais recentemente, aproximou-se dos seus leitores ao colocar *online* o Catálogo da Rede de Bibliotecas de Soure.

Concluindo, verifica-se uma preocupação por parte da Biblioteca Municipal de Soure em acompanhar e adaptar-se a todas estas transformações, de forma a continuar a ser um local cultural ao serviço da comunidade em que se insere.

²⁹ ECO, Umberto – *Vegetal and Mineral Memory: The Future of Books*, 2003. https://www.bibalex.org/attachments/english/Vegetal_and_Mineral_Memory.pdf [consultado a 5 de Setembro de 2018]

2.3. Atividades dinamizadas pela Biblioteca Municipal de Soure

O Município de Soure tem vindo a colaborar no Programa Integrado de Promoção da Leitura, destinando uma verba do Orçamento Municipal para o mesmo. Neste sentido, a Biblioteca Municipal de Soure cumpre, através das atividades dinamizadas no âmbito do referido Programa Integrado de Promoção da Leitura, as missões-chave da Biblioteca Pública apontadas no Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas datado de 1994.³⁰

Partindo de cada uma das atividades dinamizadas pela Biblioteca Municipal de Soure no período que compreendeu o meu estágio curricular, é possível identificar cada uma das missões-chave presentes no referido manifesto.

Através das atividades que vão sendo desenvolvidas ao longo de cada ano, a biblioteca municipal cria uma ponte de comunicação com a comunidade em que se insere, tornando-se num espaço cultural, social, dinâmico e, sobretudo, aberto a todos e a todas.

É feito um trabalho no sentido não só de criar hábitos de leitura, mas também de fortalecer a relação das crianças com o livro e com a leitura desde a primeira infância, de forma a contribuir para que a leitura se torne numa atividade enraizada na vida quotidiana de cada cidadão.

A Biblioteca Municipal de Soure e a sua equipa colocam ao dispor da comunidade um conjunto de ferramentas que permitem desenvolver a educação e a formação a vários níveis, quer seja a um nível pessoal, quer seja a um nível académico ou profissional.

As várias atividades que foram sendo desenvolvidas ao longo dos vinte anos da Biblioteca Municipal de Soure foram ao encontro de duas das missões-chave, em específico, apontadas pelo manifesto da IFLA/UNESCO, na medida em que foram veículos para o desenvolvimento criativo dos participantes, estimulando a sua imaginação e criatividade. Estas atividades traduziram-se em sessões de “hora do conto” com o recurso às artes performativas, à música e às artes plásticas, bem como na dinamização de espetáculos, oficinas/*workshops* e formações, quer por parte da equipa da biblioteca ou por entidades exteriores.

³⁰ International Federation of Library Associations and Institutions: Manifesto da IFLA/UNESCO Sobre Biblioteca Públicas 1994, disponível em <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf> [consultado a 04 de Junho de 2018].

Verifica-se, igualmente, uma preocupação na criação de veículos que contribuam para o conhecimento do meio local e regional, não só no que diz respeito às questões históricas e culturais, mas também ao conhecimento do meio geográfico, da fauna e da flora, passando igualmente pela tradição oral, pelo conhecimento das lendas locais e dos usos e costumes populares ao nível local. A biblioteca promove e auxilia o conhecimento do “eu” enquanto parte integrante de uma comunidade e do meio que envolve essa mesma comunidade. Contudo, a questão da diversidade e o estímulo ao contacto intercultural não são descurados, sendo abertos caminhos à exploração de outras culturas e tradições.

Em suma, denota-se uma abertura da biblioteca à comunidade enquanto espaço físico e enquanto comunidade de ideias, de experiências e de partilhas. O Município de Soure tem vindo a colaborar com a biblioteca municipal no contexto de promoção do livro e da leitura. A biblioteca e as atividades que desenvolve fazem parte da Política Municipal de Cultura e, neste sentido, o Orçamento Municipal garante verbas para o Programa Integrado de Promoção de Leitura, para a conservação e reparação do edifício da biblioteca, para a aquisição de equipamento diverso, de mobiliário e de fundos bibliográficos.

Seguidamente, destaco as atividades dinamizadas pela Biblioteca Municipal de Soure entre Dezembro de 2017 e Junho de 2018, período no qual decorreu o meu estágio curricular, e com as quais tive a oportunidade de contactar, permitindo-me conhecer a biblioteca e a forma como funciona próxima da comunidade e aberta aos munícipes.

I. Entre a Fralda e a Chupeta... Descobrimos o livro! Livro a livro descobrimos a Biblioteca!

Esta atividade tem como objetivos proporcionar momentos que promovam o interesse pelo livro e outros materiais escritos, bem como a interação com as crianças, contribuindo para o desenvolvimento precoce de competências de leitura.

Destina-se a crianças com idades compreendidas entre os doze e os trinta e seis meses, que estão a frequentar as creches das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho de Soure.

A atividade está delineada em três fases, sendo que a primeira consiste na visita a cada sala das creches uma vez por mês por parte da equipa da BMS interagindo, nessas visitas, com as crianças através dos livros, da palavra e outros materiais, como a música.

Nestas deslocações entregam-se cestos com livros adequados à faixa etária, os quais serão utilizados e trabalhados pelas técnicas com as crianças durante o ano letivo, sendo feitas renovações trimestralmente. A terceira fase traduz-se numa visita à Biblioteca Municipal por parte dos grupos envolvidos na atividade, contactando pela primeira vez com o espaço e com as dinâmicas de promoção de leitura da biblioteca municipal.

II. Para lá... e para cá!

Destina-se a crianças com idades compreendidas entre os três e os seis anos que frequentem os Jardins de Infância e as Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho de Soure.

Tem como objetivos fomentar o gosto pelo livro e pela leitura, estimular e fortalecer a relação entre as crianças e a biblioteca municipal, participar ativamente nas diversas ações a desenvolver, adquirir o hábito de frequência regular de uma biblioteca, fomentar o hábito de requisição de livros para a leitura domiciliária e, explorar diversos livros em diferentes contextos, quer seja em contexto familiar, escolar ou na biblioteca municipal.

Através destas atividades, estabelece-se uma articulação entre a biblioteca municipal e as instituições. Os grupos visitam mensalmente a Biblioteca Municipal de Soure, ocasião em que é levada a cabo a devolução e a requisição de livros para leitura domiciliária, em contexto familiar. A visita à BMS inclui igualmente a dinamização de uma sessão de leitura/hora do conto.

III. De Mãos Dadas com o Currículo Escolar...

Este projeto insere-se no Programa Integrado de Promoção de Leitura, as suas atividades vão sendo renovadas em cada Ano Letivo, recebendo novas temáticas que se articulam com os programas, projetos e metas curriculares em vigor.

A atividade desenvolvida para o Ano Letivo 2017/2018 foi intitulada *A Aventura do Pequeno Azulejo*, assinalando 2018 como sendo o Ano Europeu do Património Cultural e, dando continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido pela Biblioteca Municipal de Soure em articulação com os projetos educativos das escolas.

A atividade divide-se em duas partes, sendo que na primeira se debate a noção de Património, e faz-se uma introdução à História do azulejo, recorrendo-se a uma amostra da azulejaria existente no Concelho de Soure. Segue-se a participação dos alunos num *atelier*, no qual ficam a conhecer o processo de elaboração artesanal do azulejo, colocando em prática esse mesmo processo. Por fim, procede-se à pintura de um azulejo pelo grupo. A atividade termina com a leitura de “Um Coelho Esperto” de Adília Alarcão e com uma música, cuja letra foi adaptada pela equipa da biblioteca para a temática do azulejo.

Esta atividade fomenta a importância de conhecer o meio que nos rodeia, o que nos define e distingue enquanto parte integradora de uma comunidade, isto é, sublinha a necessidade de conhecer, compreender e identificar o Património Local.

Importa, ainda, referir que esta atividade é a que engloba um público mais abrangente, apesar de ser desenhada para o público escolar. Registou-se a participação das IPSS, dos jardins de infância, das escolas básicas do primeiro ciclo, os alunos do segundo ciclo e do terceiro ciclo do Instituto Pedro Hispano e da Universidade Sénior. O público em geral teve igualmente a oportunidade de participar na atividade, através da dinamização da Oficina do Azulejo com a ceramista Assunção Moço.

IV. Baús Itinerantes: A Biblioteca vai às Escolas!

Esta atividade tem como público-alvo os alunos dos jardins de infância e das escolas do primeiro ciclo do ensino básico do Concelho de Soure.

Consiste na entrega trimestral de caixas de livros disponibilizados pela biblioteca municipal, permitindo assim um movimento de partilha entre a Biblioteca Municipal de Soure e estes estabelecimentos de ensino. Estas caixas são compostas por livros sobre diversas temáticas e destinados a diferentes níveis de leitura. Os jardins de infância e as escolas podem solicitar e propor a inclusão de livros de autores ou sobre temáticas específicas.

Os alunos são, deste modo, expostos a um conjunto diversificado de materiais, podendo explorar a sua relação com a leitura, com o livro e com a biblioteca de uma forma mais ampla.

Importa, ainda, mencionar que a entrega dos baús com novos livros é acompanhada pela leitura de uma história.

V. Sábados na Biblioteca: Manta com Histórias para Pais e Filhos

Esta atividade tem como público-alvo os pais e filhos, tendo como objetivo desenvolver e reforçar a leitura num ambiente familiar.

A *Manta com Histórias para Pais e Filhos* parte da leitura de um livro ou de uma história, alargando-se posteriormente para uma atividade que poderá passar pelas artes manuais.

Para cada Sábado, é escolhido um livro ou uma história diferente. Registam-se, igualmente, outras atividades que têm lugar na Biblioteca Municipal de Soure aos Sábados e que se destinam a diversos públicos-alvo.

Durante o período no qual decorreu o meu estágio curricular, a Biblioteca Municipal de Soure abriu as suas portas para oferecer outros tipos de atividades para além da leitura de histórias, as quais refiro seguidamente.

- Oficina do Azulejo com a ceramista Assunção Moço, natural e residente no Concelho de Soure. A atividade desdobrou-se em duas sessões. A primeira foi dirigida a pais e filhos, e a segunda foi dedicada ao público em geral, tendo como objetivo dar a conhecer o percurso evolutivo do azulejo ao longo da História, incluindo as diferentes técnicas de fabrico. Os participantes ficaram a conhecer todo o processo que envolve a confeção de um azulejo, participando nesse mesmo processo, fazendo e decorando o seu próprio azulejo. (27 de Janeiro e 10 de Março de 2018)
- Oficina *Corpo-Mapa-Livro*, dinamizada pela companhia profissional de teatro, o Teatrão, no âmbito do Festival AR³¹. O público-alvo desta atividade foi constituído por pais, professores, bibliotecários e agentes culturais. (16 de Fevereiro de 2018)

³¹ O Festival Ar, dinamizado pelo Teatrão, centrou-se na relação do público com o livro enquanto objeto e com o espaço das bibliotecas públicas, pensando e debatendo essa mesma relação. Desta iniciativa fizeram parte espetáculos, oficinas.

- Peça de teatro *Corpo-Mapa-Livro*, dinamizada pela companhia profissional de teatro, o Teatrão com Joana Pupo e Marina Nabais, no âmbito do Festival AR. Esta atividade teve como público-alvo crianças a partir dos 8 anos de idade e famílias. (17 de Fevereiro)
- Oficina *Descoberta do Livro*, dinamizada pela companhia profissional de teatro, o Teatrão, no âmbito do Festival AR. Esta atividade teve como público-alvo crianças e adolescentes, tendo como objetivo cativar os mais jovens para a descoberta do livro, explorando as mais diversas formas de se relacionarem com o livro. (17 de Fevereiro de 2018)
- Peça de teatro *TerraTorga*, dinamizada pela companhia profissional de teatro, o Teatrão, no âmbito do Festival AR. Esta atividade foi dirigida ao público em geral e consistiu na dramatização e desconstrução da obra de Miguel Torga, explorando os lugares narrados nos seus textos. (07 de Abril de 2018)
- Oficina de Dança Criativa, dinamizada pela companhia profissional de teatro, o Teatrão, no âmbito do Festival AR. Esta atividade foi dirigida ao público em geral. (07 de Abril de 2018)
- Jornadas Formativas “Novos desafios, novas leituras e múltiplas literacias”, com curso de formação acreditado pelo Centro de Formação Nova Ágora. Esta atividade incluiu a comunicação de Elsa Conde, Subcomissária do Plano Nacional de Leitura sobre “O PNL e o novo perfil do aluno”, e a comunicação de Isabel Bernardo, Professora Bibliotecária no Agrupamento de Escolas Lima-de-Faria, sobre a “Flexibilização curricular. Contar com a Biblioteca Escolar”. (14 de Abril de 2018)
- Concurso concelhio de Leitura contou com a participação de alunos do Primeiro Ciclo e do Segundo Ciclo do Agrupamento de Escolas Martinho Árias e do Instituto Pedro Hispano. (28 de Abril de 2018)
- Jornadas Formativas “Novos desafios, novas leituras e múltiplas literacias”, com curso de formação acreditado pelo Conselho Científico-Pedagógico da

Formação Contínua. Esta atividade incluiu a comunicação de Sara Reis da Silva, Professora da Universidade do Minho e no Instituto de Educação, e membro integrado do Centro de Investigação em Estudos da Criança, sobre literatura para a infância e ilustração com o título “Procuro concretizar em linha e traço o que está escrito”, e a comunicação de Isabel Nina, Coordenadora Interconcelhia da Rede de Bibliotecas Escolares, e Maria José Malo, Professora Bibliotecária do Agrupamento de Escolas Martinho Árias, sobre “Edmodo, plataforma social ao serviço do ensino aprendizagem”. (05 de Maio de 2018)

VI. Uma Viagem no Tempo... em Soure...

Esta atividade tem como público-alvo o público em geral e consiste numa autêntica viagem pela História de Soure.

A visita à Vila de Soure tem o seu ponto de partida nos Paços do Concelho. A construção do edifício inicia-se em 1902 e conclui-se em 1906, sendo projetado pelo Arquiteto Augusto de Carvalho da Silva Pinto em estilo Neomanuelino, destacando-se os cordeamentos, os elementos vegetalistas bem como, a presença da esfera armilar. O trabalho da pedra ficou a cargo de João Augusto Machado.

O edifício da Câmara Municipal de Soure está associado à Lenda do Campo da Velha, localizado na freguesia de Alfarelos, uma vez que a venda desse mesmo campo serviu para financiar a construção do edifício dos Paços do Concelho.

A visita segue para a Igreja da Misericórdia, edificada no século XVII e tendo recebido reformas profundas no século XVIII. Destaca-se o seu teto liso, em arco abatido com representações arquitetónicas em *trompe-l'oeil*. Nas imediações desta Igreja encontram-se, ainda, alguns vestígios do antigo Hospital da Misericórdia.

À Igreja da Misericórdia, segue-se a Igreja Matriz de São Tiago, mandada construir pelo Rei Dom Manuel I, à data ainda Duque de Beja e Mestre da Ordem de Cristo, tendo sido concluída em 1490. No interior da Igreja é possível observar a sua organização em três naves, característica da Arquitetura Gótica. As três naves separam-se por arcadas compostas por cinco pilares, destacando-se na parte superior dos mesmos, folhas, animais, bocas humanas e vieiras como motivos ornamentais.

Destacam-se, ainda, a Capela do Sacramento datada do século XVI, com retábulo em pedra de Ançã e azulejos produzidos na Fábrica de Coimbra; o Retábulo em talha dourada datado do século XVIII, com um vitral dedicado a São Tiago, datado do século XX; um conjunto de pinturas de inspiração maneirista; e as esculturas de São Tiago e de Nossa Senhora de Finisterra.

A viagem no tempo dirige-se, então, para o Museu Municipal, local em que se estabelece o contacto com achados arqueológicos, que permitem conhecer a História do Concelho desde o Período Neolítico, passando pela Idade do Ferro, pelo Período Romano e chegando ao século XIX da Era Cristã.

A atividade termina com a visita ao Castelo, abordando-se marcos importantes da História de Soure, como a outorga da Carta de Foral à Vila de Soure em 1111 pelo Conde Dom Henrique e por Dona Teresa, documento que nos permite conhecer todas as áreas da vivência da população sourense durante a Idade Média. A Carta de Foral atribuída à Vila de Soure e aos seus habitantes consigna, por um lado, as obrigações fiscais e, por outro lado, os privilégios concedidos à população, oferece-nos uma imagem bastante clara da organização social e da sua evidente estratificação, demonstrando-se igualmente uma preocupação em fomentar a ideia de que a justiça deveria ser cumprida de uma forma imparcial.

A atribuição de uma carta de foral a uma povoação, seria sinónimo de garantias de proteção para as populações, perante possíveis futuros abusos no que diz respeito à cobrança de impostos. Teria como objetivos fixar população na localidade, e organizar a mesma, tornando-a mais capaz de fazer frente às investidas muçulmanas, evitando que a perda de territórios.

Em 1513, Soure recebe a sua segunda Carta de Foral outorgada pelo Rei Dom Manuel I, inserindo-se no contexto da Reforma Manuelina dos Forais. O novo Foral tem objetivos distintos do Foral de 1111, não era já necessário aclarar e definir questões de cariz militar, dedicando-se especificamente em definir as questões tributárias.

Apesar de o Castelo de Soure ser um importante marco para a História e para a memória local, as fontes que existem não apresentam muitas informações acerca da sua origem. Está localizado numa zona baixa, aproveitando o recurso natural do Rio Anços para servir como seu fosso.

Dona Teresa e Dom Afonso Henriques doaram o Castelo de Soure à Ordem do Templo em 1128. No século XIV, o Castelo de Soure passa a fazer parte dos bens da Ordem de Cristo. De referir, ainda, que durante o século XV, o Infante Dom Henrique

visitou Soure em diversas ocasiões, tendo permanecido longos períodos, sendo que a Igreja de Santa Maria de Finisterra, cujas ruínas se localizam junto às muralhas do castelo, foi sujeita a obras por sua ordem.

No momento final da visita, relembra-se a ligação do edifício da Câmara Municipal de Soure à Lenda do Campo da Velha partilhando-se a mesma com o grupo. É mesmo possível afirmar-se que a Lenda do Campo da Velha forma parte do imaginário e da identidade locais, continuando a ser transmitida às novas gerações, nomeadamente, através da ação da Biblioteca Municipal de Soure.

VII. Histórias Aromatizadas

Esta atividade encontra-se associada ao programa de Regime de Fruta Escolar, consistindo numa atividade de dinamização da leitura, tendo como objetivos sublinhar a importância de manter uma alimentação saudável.

O Regime de Fruta Escolar é um projeto que se insere não apenas em contexto português, mas também em contexto europeu, tendo como objetivo a promoção da prática de uma alimentação saudável. Dirige-se aos alunos do primeiro ciclo do ensino básico de estabelecimentos de ensino públicos, traduzindo-se na entrega de uma peça ou dose de fruta e/ou de produtos hortícolas, duas vezes por semana.³²

Para esta atividade são escolhidos livros sobre a temática da alimentação saudável, tendo-se construído um “tapete de histórias” para representar uma horta e o cultivo de produtos como leguminosas, vegetais e ervas aromáticas. No âmbito da atividade, propõe-se às escolas a elaboração de um herbário.

VIII. Despertar Memórias e Ouvir Histórias

Este serviço tem a população sénior e, mais especificamente, mas não exclusivamente, os utentes das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho de Soure, como público-alvo.

³² Consultar o website do projeto Regime Fruta Escolar em <http://frutanaescola.min-edu.pt> [consultado a 22 de Maio de 2018].

Tem como objetivo ser um contributo para estimular a partilha de recordações e histórias de vida que valorizem e desenvolvam competências sociais e pessoais, com recurso à leitura, ao conto oral e à música.

Abre espaços de partilha, de desenvolvimento pessoal e coletivo, de comunicação, de interação e de envolvimento num grupo.

Desta forma, a Biblioteca Municipal de Soure, abre as suas portas a todos os habitantes do Concelho de Soure, contribuindo para a sua fruição cultural através de um conjunto de atividades e de iniciativas.

Desde a primeira infância até à terceira idade, os habitantes do concelho, têm à sua disposição um equipamento cultural, de conhecimento e de informação, mas também de criatividade, no qual podem explorar o mundo cultural. É um espaço da comunidade e para a comunidade.

A relação dos membros da comunidade com a biblioteca municipal vai sendo transmitida de uma geração para a próxima. Ao longo de vinte anos, foram várias as gerações que foram descobrindo o livro e a leitura através da biblioteca e da sua equipa.

Não será incorreto classificar a Biblioteca Municipal de Soure como sendo um polo agregador de diversos públicos, distintos entre si, mas que encontram neste espaço cultural oportunidades de desenvolvimento e de melhoramento pessoal e coletivo, bem como o acesso às mais variadas formas de contacto com a cultura.

A biblioteca abre-se aos seus públicos, todavia, também sai do seu edifício físico e aproxima-se dos mesmos. As atividades e as iniciativas dinamizadas pela equipa da biblioteca municipal complementam-se com um abrir de portas para outro tipo de atividades e eventos que encontram, assim, um espaço para poderem materializar-se e chegar aos mais diversos públicos.

Parte III
Outras atividades desenvolvidas no decorrer do
Estágio Curricular

Aquando o início do estágio curricular na Biblioteca Municipal de Soure, dei continuidade a dois trabalhos por mim desenvolvidos no primeiro ano de Mestrado em Política Cultural Autárquica.

Partindo do trabalho elaborado para a unidade curricular História do Municipalismo, sob a orientação da Professora Doutora Margarida Sobral Neto, que resultou num relatório das fontes disponíveis para o estudo da História de Soure, dei início à leitura e transcrição de documentação datada do século XVI e do século XIX, relativa ao espaço conhecido popularmente como Campo da Velha, situado na Freguesia de Alfarelos.

Através da referida documentação, tornou-se possível conhecer e compreender a dinâmica do Concelho de Soure à época, sendo um veículo para conhecer a História do concelho a partir de uma outra perspetiva mais debruçada sobre as questões económicas, de pertença de propriedade, de contendas entre concelhos vizinhos, a relação com a justiça e o seu funcionamento, bem como a relação e a comunicação com o Poder Central. A partir destes documentos, tornou-se evidente a importância da memória popular e da identidade local.

Atendendo à complexidade da referida documentação e à necessidade de recolher mais informação para a sua interpretação será objeto de estudo mais aprofundado posteriormente. Contudo, a oportunidade de contactar diretamente com este tipo de documentação foi relevante, na medida em que demonstrou as possibilidades de elaborar atividades e materiais culturais através deste tipo de fontes.

Com o objetivo de tomar partido do contacto próximo e privilegiado decorrente do facto de o referido estágio curricular ter tido lugar na Biblioteca Municipal de Soure, optei igualmente, por dar continuidade ao trabalho sobre o percurso evolutivo da Biblioteca Municipal de Soure, tendo em conta o crescimento exponencial e a afirmação das tecnologias de informação e comunicação, elaborado para a unidade curricular Bibliotecas e Arquivos Municipais, sob a orientação do Professor Doutor Saul António Gomes.

Considerei pertinente dar continuidade ao referido trabalho e alargar o período de análise, passando este a coincidir com o vigésimo aniversário da abertura da biblioteca municipal ao público. Levei, portanto, a cabo um trabalho de tratamento de um conjunto de dados, de forma a elaborar um balanço das duas décadas nas quais a biblioteca tem estado ao serviço da comunidade em que se insere. Procurou-se identificar e compreender transformações, traçar uma linha evolutiva e expor novos desafios e novas abordagens.

Acompanhei e colaborei numa atividade dinamizada pela Biblioteca Municipal de Soure no período em que o estágio curricular teve lugar. A *Aventura do Pequeno Azulejo* começa por fazer uma introdução à noção de Património, abrindo-se o debate sobre o que constitui o Património Local, dando a conhecer, através de exemplos, o património material, desdobrando-se em bens culturais imóveis e em bens culturais móveis, o património imaterial e o património natural do Concelho de Soure. Seguidamente, é feita uma introdução à História do azulejo, recorrendo-se a exemplos de azulejos existentes no Concelho. No decorrer da atividade, é fomentada a importância de observar e de conhecer o que se encontra à nossa volta, nomeadamente, o património que se encontra no meio em que nos inserimos. Segue-se a participação do público num *atelier*, no qual ficam a conhecer o processo de elaboração do azulejo à mão, colocando em prática esse mesmo processo – o barro é amassado, é colocado num molde para ser cortado e, depois de retirado, desenha-se no barro. Por fim, procede-se à pintura de um azulejo pelo grupo. A atividade termina com a leitura da obra “Um Coelho Esperto” de Adília Alarcão e com uma música sobre o azulejo, adaptada pela equipa da Biblioteca Municipal de Soure para esta atividade.

Desta forma, foi-me proporcionado o contacto direto com uma atividade delineada para um público diverso, incluindo crianças a frequentar as IPSS e os jardins de infância do concelho, passando pelos alunos do primeiro, do segundo e do terceiro ciclos a frequentar estabelecimentos de ensino no concelho, até à Universidade Sénior. Esta atividade permitiu-me, igualmente, observar a capacidade de adaptação das atividades disponibilizadas pela Biblioteca Municipal de Soure aos diferentes públicos, servindo, dessa forma, toda a comunidade e não apenas uma faixa etária em específico. Considerei o acompanhamento desta atividade muito proveitoso, não só por ser, evidentemente, relevante e enriquecedor em termos académicos e, futuramente, profissionais, mas também devido ao facto de se tratar de uma atividade que reúne várias valências culturais, na medida em que é feita uma abordagem histórica, são incluídas as artes manuais, a música e a leitura.

A *Aventura do Pequeno Azulejo* inseriu-se num contexto de celebração do Ano Europeu do Património Cultural. Assim, a Biblioteca Municipal de Soure leva a cabo um esforço para sensibilizar os seus públicos, e a comunidade na qual está inserida, para as questões da identidade e da herança cultural: local, regional, nacional e num âmbito mais alargado: europeia, internacional. Através desta atividade, sublinha-se a importância de saber quem somos, como somos, onde estamos e para onde vamos. É aberto o caminho

para o levantamento de questões e para a descoberta da identidade cultural de cada um, inculcando-se uma noção de responsabilidade para respeitar e preservar o património que nos rodeia.

Por fim, será relevante mencionar o facto de esta atividade ter dado origem a uma nova atividade, a “Oficina do Azulejo”, com uma ceramista, natural do Concelho de Soure. Esta atividade desdobrou-se em duas sessões, sendo que a primeira teve como público-alvo pais e filhos, e a segunda esteve destinada ao público adulto. Em ambas as sessões, os participantes ficaram a conhecer todo o processo de fabrico de azulejos, incluindo as diversas técnicas de fabrico, bem como a forma como o fabrico do azulejo se foi transformando e evoluindo ao longo do tempo, dando-se a conhecer a História do azulejo em Portugal. Os participantes tiveram, ainda, a oportunidade de fazer e decorar os seus próprios azulejos.

Particpei ainda na comemoração do Dia da Mulher através da pesquisa e recolha de informação sobre a sua História tanto no contexto internacional como no contexto nacional, tendo culminado na elaboração de uma apresentação em *PowerPoint* que foi publicada na página do *Facebook* da Biblioteca Municipal de Soure. Esta atividade permitiu-me conhecer mais intimamente uma das várias iniciativas dinamizadas pela biblioteca, isto é, a composição de pequenas exposições com o objetivo de assinalar datas comemorativas e efemérides.

Para a construção deste tipo de exposições, é levada a cabo uma seleção de bibliografia e de outros materiais, como periódicos, revistas, filmes, documentários, *CDs*, entre outros materiais, que se enquadrem na temática tratada. Coloca-se, desta forma, à disposição do público um conjunto de fontes e recursos para possibilitar um conhecimento mais aprofundado de uma variedade de temas e questões. Há, igualmente, um esforço de desenvolvimento de cada temática, disponibilizando sínteses, com uma nova abordagem através das redes sociais, de forma a colocar a biblioteca municipal no mundo digital, aproximando-se, assim, dos seus utilizadores.

Para mim, esta atividade assumiu elevada importância, uma vez que me foi dada bastante autonomia, permitindo-me levar a cabo um tipo de iniciativa que tem vindo a ser dinamizada desde os primeiros momentos em que a Biblioteca Municipal de Soure abriu ao público. Tive a oportunidade de aplicar e de expandir conhecimentos previamente adquiridos durante o meu percurso académico, tanto durante a Licenciatura em História, como no Mestrado em Política Cultural Autárquica. Por um lado, trabalhei intensamente com a vertente histórica, fazendo recolha e tratamento de informação e, por outro lado,

tive a oportunidade de aprender a transformar essa informação em conteúdos dirigidos a um público muito vasto. Deste modo, a referida atividade foi desafiadora e recompensante.

Assisti à atividade *Baús Itinerantes: A Biblioteca vai às Escolas*, que consistiu na visita ao Jardim de Infância do Sobral e à Escola Básica de Sobral, tendo sido levada a cabo a leitura da obra de Luísa Ducla Soares, “Os Animais do Natal”. Nesta ocasião, acompanhei igualmente a recolha e a entrega do baú de livros.

Ao acompanhar esta atividade, foi-me possível observar a saída da biblioteca municipal do seu edifício, chegando aos estabelecimentos de ensino e, demonstrando que a biblioteca não é nem poderá ser um local fechado e estático, por seu turno, é ativo, movimenta-se. Considerei o acompanhamento da referida atividade extremamente relevante para compreender a relação que existe entre os utilizadores, neste caso específico alunos a frequentar os estabelecimentos de ensino do concelho, com a biblioteca municipal em outros espaços que não o edifício da biblioteca.

Denotei que a forma como os alunos recebem as atividades é distinta mediante o espaço no qual se encontram. Quando visitam a biblioteca parecem dedicar uma atenção mais comprometida em relação às atividades. Observa-se uma atitude de respeito para com a biblioteca enquanto espaço, demonstrando familiaridade com as regras de utilização da mesma.

Particpei na Feira do Livro e na Feira de Emprego e Formação Profissional, ambas enquadradas nas celebrações do 25 de Abril. Tive, assim, oportunidade de observar de perto a logística de funcionamento de eventos culturais de maior dimensão, destinados para um público muito diverso, foi-me igualmente possível contactar com o público em geral e experienciar as atividades dinamizadas em ambas as feiras, observando a forma como as atividades foram recebidas.

A comunidade teve à sua disposição atividades como a peça de teatro “O Príncipezinho” da Companhia ADN de Palco, a Palestra “A Palavra é a Superação” de Paulo Azevedo, o Seminário “A Importância da Implementação de Sistemas de Gestão e Qualidade”, a Palestra “Talk Mindset Pé Descalço” de Ricardo Frade, a Sessão Temática “IEFP – Rede EURES – Rede de Emprego Europeia – Euro Conselheira”, bem como atuações musicais e de dança, no decorrer da Feira do Livro e da Feira de Emprego e Formação Profissional.

A organização das referidas atividades demonstra um esforço levado a cabo para garantir que todos os municípios tivessem a possibilidade de fruir de um vasto conjunto

de atividades. Foi-me possível observar a participação de crianças em idade pré-escolar, do primeiro ciclo do ensino básico, alunos do ensino secundário e membros da comunidade em geral, estando presentes visitantes de várias idades, ocupações profissionais e qualificações. Poderá afirmar-se que ambas as feiras visaram oferecer atividades para os diferentes públicos, dirigindo-se assim, ao público em geral.

Procedi à pesquisa de obras centradas na temática dos Direitos das Crianças, de forma a serem utilizadas para a elaboração de uma atividade sobre a mesma temática, com o objetivo de assinalar a comemoração do Dia da Criança.

Por fim, colaborei pontualmente com o Museu Municipal de Soure, estando, no atendimento ao público. Considerei esta oportunidade de contactar com outra instituição de cariz cultural extremamente proveitosa, uma vez que me foi possível conhecer uma realidade distinta em relação à Biblioteca Municipal de Soure. Contactei com uma abordagem à cultura e à política cultural autárquica distinta, equipando-me com novas ferramentas e competências das quais poderei fazer uso futuramente.

Ao colaborar com o Museu Municipal, tive contacto não só com uma valência cultural, mas também uma valência turística do Concelho de Soure, tornando-se possível conhecer a forma como o Museu Municipal e o Município de Soure colocam à disponibilidade do público em geral a História e o Património do Concelho de Soure.

Conclusão

Quando fui admitida a estágio curricular na Biblioteca Municipal de Soure, em Dezembro de 2017, a programação referente às atividades culturais e educativas para o ano letivo de 2017/2018 já havia sido elaborada, pelo que fui integrada e participei nas atividades que haviam sido previamente delineadas e programadas.

Neste sentido, foi-me permitido acompanhar e participar em atividades distintas entre si, tendo experienciado desde o processo de elaboração de atividades culturais, até à materialização das mesmas. Contactar com os utilizadores da Biblioteca Municipal de Soure foi essencial para a elaboração do presente relatório. O estágio curricular foi, portanto, uma experiência proveitosa, na medida em que coloquei em prática muitos dos conhecimentos adquiridos no primeiro ano do Mestrado em Política Cultural Autárquica, ampliando e consolidando os mesmos.

Assim, considero que terminei o período de estágio munida de conhecimentos, estratégias e valências que serão importantes e necessários para o contexto profissional.

Ao levantar diversas questões acerca do papel da internet e de dispositivos como computadores (sobretudo, computadores portáteis), *smartphones* e *tablets*, relativamente às transformações operadas nas questões que envolvem a leitura, foi-me possível identificar que essas transformações no mundo digital, possibilitam, por um lado, a recuperação de um conjunto de obras e de materiais que, por diversos motivos, como a sua relevância histórica ou o seu estado de conservação, não podem ser consultadas fisicamente. Ao digitalizar e publicar online obras que não podem ser consultadas, devolve as mesmas ao público e permite que continuem a ser manuseadas, estudadas e trabalhadas. As inovações do mundo digital podem, assim, evitar que determinadas obras sejam erradicadas do mundo cultural, dando-lhes uma segunda vida.

Reconheço, assim, que o desenvolvimento das TIC trouxe bastantes benefícios e simplificou a forma como se lê, quando se lê e onde se lê. No entanto, não considero que esse desenvolvimento tenha, pelo menos atualmente, a capacidade de eliminar simplesmente as bibliotecas públicas, uma vez que, se por um lado são disponibilizados na internet diversas obras literárias de forma gratuita, também são muitas as obras que continuam a só poder ser consultadas mediante o pagamento pela sua utilização.

Ainda sobre a questão da gratuitidade dos conteúdos disponibilizados na internet, a verdade é que, mesmo que a leitura de uma obra seja gratuita, a verdade é que a sua fruição implica sempre a aquisição de um dispositivo eletrónico compatível com o formato do ficheiro e o pagamento do acesso à rede de internet tanto para levar a cabo a leitura *online*, como para descarregar o ficheiro. Por seu turno, as bibliotecas públicas

garantem o acesso gratuito aos materiais que disponibilizam e assumem-se, ainda, como um veículo que permite o acesso gratuito à internet e aos conteúdos disponibilizados na mesma.

Podemos, então, considerar a internet como uma grande biblioteca pública? A meu ver, esta não parece ser a caracterização mais adequada. Assim, parece-me que será mais correto considerar a internet como uma grande livraria digital. Por outro lado, constituir uma biblioteca pública digital, como a biblioteca de livros digitais do Plano Nacional de Leitura, seria menos dispendioso comparativamente a uma biblioteca tradicional.

Contudo, será prudente colocar esse tipo de investimento quando o futuro da internet e do mundo digital é, ainda, incerto? A meu ver, o futuro da leitura continuará a passar pelas bibliotecas públicas, pelas livrarias e pelos livros e periódicos na sua forma tradicional. Não podemos, no entanto, negar o facto de que os dispositivos eletrónicos e a internet vieram contribuir para uma alteração dos hábitos de leitura.

O livro, no seu suporte tradicional, não está ameaçado por coexistir com outros suportes como o *eBook* e os audiolivros. Desenvolveu-se, igualmente, uma nova forma de ser autor. Vivemos, atualmente, num momento em que um autor pode publicar as suas obras em plataformas digitais gratuitas, permitindo a sua leitura também de forma gratuita. Verificam-se casos nos quais alguns destes autores se tornaram de tal forma populares no meio digital que acabaram por se transferir para o tradicional mundo literário, tendo a oportunidade de publicar e de comercializar as suas obras no formato tradicional.

A questão que envolve o presente trabalho vai mais além do livro, do digital e do que poderá mudar e acontecer futuramente. Estamos perante alterações operadas ao nível da sociabilidade, da forma como se conduz a vida do dia-a-dia, da leitura e do leitor. Sem o leitor não existe leitura e, se a leitura está a mudar, essas mudanças são provocadas pelo facto de os leitores estarem a mudar.

O facto de termos ao nosso alcance dispositivos e tecnologias que nos permitem ter outro tipo de relação com a leitura, não significa, automaticamente, que se proceda à sua utilização. A questão reside na escolha dos utilizadores, o foco deverá estar no utilizador, no leitor.

Se os membros de uma sociedade não escolhessem, diariamente, aderir e fazer uso destes avanços tecnológicos, as sociedades não se teriam desenvolvido desta forma. Outros rumos teriam sido tomados, outros desenvolvimentos teriam sido registados.

Todavia, escolheu-se aderir às, então, novidades tecnológicas, sendo que estas se foram atualizando e desenvolvendo, tornando-se no centro das vivências mais comuns.

Os novos hábitos de leitura incluem-se num processo que registou transformações operadas nas mais várias áreas da vivência quotidiana. Estamos perante um processo evolutivo potenciado pelo desenvolvimento e pela afirmação da internet, das TIC e dos mais variados dispositivos móveis. Desta forma, conclui-se que existem novas formas de leitura, novos conteúdos para serem lidos, e novos veículos de disponibilização e de acesso aos mesmos.

Se, por um lado, estamos perante novas formas de ler, por outro lado, estamos igualmente perante novas formas de escrever. Ser leitor é, agora, diferente do que seria ser leitor em meados do século XX e, como se escreve e o que se escreve é igualmente distinto.

Para concluir, resta-me referir que a Biblioteca Municipal de Soure e a sua equipa levam a cabo um trabalho dedicado no sentido de abrir as suas portas à comunidade e de sair do seu espaço físico, aproximando-se da população. Denota-se um esforço em fazer do edifício da BMS um espaço verdadeiramente cultural, recebendo atividades culturais muito diversas e destinadas a todos os públicos. Estas atividades são, na grande maioria dos casos, organizadas e materializadas pela equipa da biblioteca, mas também são oferecidas atividades elaboradas por entidades exteriores à biblioteca municipal.

Por fim, importa sublinhar que a referida biblioteca tem vindo a acompanhar e a adaptar-se às transformações operadas ao nível das tecnologias de informação e comunicação, de forma a suprir, da melhor forma, as necessidades da população do Concelho de Soure.

Anexos

Anexo A – Lenda do Campo da Velha

1 Lenda do Campo da Velha

Num certo dia muito quente de Agosto, El-Rei, passava pelos campos de Alfarelos, quando avistou um pequeno casebre. Aproximou-se com os seus cavaleiros.

A porta abriu-se, exibindo uma jovem moçoila, fresca e bonita, sorrindo para o visitante. El-Rei pediu:

– Só queria um pouco de água, se a tiveres fresca.

A jovem procurou, em casa, o mais delicado recipiente, enquanto o Rei e o Conselheiro olhavam, pela porta entreaberta, o interior escuro da habitação, não tardando em vislumbrar um pequeno leito, que provocou em Sua Majestade uma enorme vontade de nele repousar.

Regressada a moça e bebida a água, solicitou o Rei uns momentos de descanso no interior da habitação, devido ao extremo cansaço.

A jovem, orgulhosa e sorridente, ofereceu o leito onde El-Rei, exausto pela caminhada, não tardou a adormecer.

A restante comitiva aproveitava as árvores que rodeavam a humilde habitação. Homens e cavalos, sentados, deitados ou de pé, refugiaram-se, o mais que puderam, do calor do sol e bebiam a água que a jovem lhes oferecia.

O Rei dormiu profundamente até que abriu finalmente os olhos, espreguiçou-se e levantou-se sem pressa alguma. Saiu de casa ainda a esfregar os olhos sonolentos e avistou a moçoila não muito longe.

Satisfeito e retemperado, o Rei dirigiu-se-lhe:

– Chegou a hora de partir. Estou satisfeito com a receção que tive e, como prova disso, podes pedir-me algo que desejes.

A moça sorriu, como que esperando semelhante oferta.

– Meu Senhor, gostaria que me desses terra que eu pudesse amanhoar com o couro de um boi.

Perante tão insignificante pedido, o Rei acedeu de imediato. A rapariga foi buscar o couro, trazendo igualmente uma faca muito afiada, com que cortou o couro em tiras muito finas, tão finas como delgadíssimos fios, com os quais circundou o terreno em volta da casa, na extensão de várias centenas de hectares.

O Rei, perplexo com a espreteza da rapariga, não voltou atrás com a palavra dada. A comitiva partiu ao fim da tarde, ficando a jovem a mirar todos aqueles terrenos que agora eram seus.

Anexo B – Transcrições de documentos sobre o Campo da Velha

1 Cópia da sentença dada por Dom Sebastião em favor da Câmara Municipal de Soure e dos lavradores da Freguesia de Soure, relativamente à contenda pela posse do Campo da Velha (1570).

Copia authentica da Sentença dada por El Rei D. Sebastião, em favor da Camara Municipal d'este Concelho, e dos Lavradores desta freguesia de Soure, no anno de 1570, sobre contenda do Campo denominado da Velha, ou de Soure, situado nas margens do Mondego proximo á Granja de Ulmeiro.

Dom Sebastião por Graça de Deos Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e dalem, Mar em Africa, Senhor de Guiné e da Conquista navegação e Comercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India a todos os Corregedores Ouvidores Juizes, Justiças Officiais e pessoas della deste meos Reinos e Senhorios a quem esta minha carta de sentença for mostrada e conhecimento della com direito pertencer façovos saber, que d'ante o Corregedor por mim com alçada na Comarca e Correção da Cidade de Coimbra que da Camara seguinte conhecho por virtude de uma Minha Provizão, que para elle mandei passar veio a esta minha Corte e Caza da Suplicação a mim e aos Juizes de meos feitos della um feito Civil por Appelação, entre partes o meu Procurador da Coroa da Villa de Montemor o Velho e de Buarcos contra o Juiz (1v), Vereadores e Procurador do Concelho, e mais Officiaes da Camara da Villa de Soure -

Reos em que hé parte o Duque d'Aveiro meu muito amado e prezado sobrinho o qual feito se principiou perante o Doutor João de Mello de (?) do meu Dezembargo e Dezembargador dos Aggravos em esta Corte Caza da Suplicação que de meo mandado fizera Tombo, e demarcação de todos os bens da Coroa nas Villas e logares do dito Duque de Aveiro perante o qual o dito meo Procurador deo hum libello contra os ditos Reus sendo primeiro citados dizendo em elle, que entre os mais bens e propriedades, que me pertencião dentro dos termos da Villa de Montemor o Velho herão da minha dada e dos meos próprios e Caza Real e dos meos reguengos assim o hera hum Campo muito grande

e de muitas geiras de terra, que jazia da banda d'alem do Rio junto ao logar da Granja a que se chamava o Campo de Soure dentro do termo da dita Villa, que está todo mistico e junto, que parte de todos os lados com terras de partes e intestava no Rio Mondego, e com as mais confrontações com que de Direito devia de partir e que todo o dito Campo o Concelho Reo por seos(f.2) officiaes andavam de posse e o trazia possuia sem titulo que delle tivesse e mo trazia sunegado, fazendo delle dezimo a Deos sem o querer descrever perante o dito Dezembargador no tempo, e termo dos Editos por bens da Coroa Real como obrigado em fazer, conforme o Regimento, para ser lançado no tombo dos bens da Coroa, e sem deles pagar nenhum direito, por bem do qual o Concelho Reo devia ser condmnado (sic) a que abrise mão do dito Campo e mo deixa-se livremente a quem pertencia cujo hera, de que havia publica vos e fama, pedindo o dito autor em concedlação do seo libello lhe fosse recebido, provado o dito Concelho Reo fosse condenado que abrisse mão do dito Campo e mo deixa-se todo livre e dezembargado com os seus rendimentos desde o tempo que o trazia até a entrega, que se liquidaria na execução da sentença o que pedia com custas. O qual libello do dito meu Procurador lhe pello dito meo Dezembargador foi recebido quanto de Direito hera de receber e mandou aos Reos, que se tivesem contrariedade, que viesem com ella com o que vierão dizendo em ella que o Campo da Contenda se chamava de Soure hera proprio e Dezimo a Deos(f.2v) dos Escudeiros e Lavradores da dita Villa os quaes todos os annos do mundo o repartirão entre si e o lavrarão e aproveitarão como seo proprio e Dezimo a Deos sem conhecerem pessoa alguma por senhorio delle e nesta posse se achavão por si e seos antepassados por espaço de dez vinte, trinta e quarenta, sessenta, cem annos e mais outra parte, e á tanto tempo que a memoria dos homens não hera em contrario, e os que hoje herão vivos assim o houvirão de seos antepassados sempre se houvera o dito Campo e Dizimo a Deos, e por assim ser nem elles herão obrigados a escrever como por parte do meo Procurador se dizia nem eu tinha nelle couza alguma, e que o dito Campo nunca em Tempo algum fora meo nem meo regengo e da minha Coroa, nem dos Senhores forão da dita Villa de Montemor o Velho antes sempre fora dos moradores da Villa de Soure e por assim ser os Senhores que forão da dita Villa de Montemor quando querião que algum quinhão se dese no dito Campo a algum seo Criado, ou vassalo o mandavam por suas cartas pedir a dita Villa de Soure segundo se mostrava por ellas cujo traslado em publica forma se apresentava (f.3) o que não farião se o dito Campo fora da dita Villa e Senhorios della, e que por o dito Campo ser proprio e Dezimo a Deos, e dos moradores da dita Villa seposto que os Officiaes dos Senhorios da dita Villa de Montemor demandavão alguns deles por

jugadas dizendo que as havião de pagar por estar em termo da dita Villa forão disso absolutos por sentença cujo treslado se apresentava por se provar ser seo proprio e Dizimo a Deos sem d'elle se dever couza alguma a ninhuma pessoa, e portanto herão mal demandados e devião ser absolutos com as custas o que hera publica voz e fama; a qual Contrariedade dos ditos Reos lhe pelo dito meo Dezembargador foi recebida quanto em direito hera de receber e mandou ao dito meu Procurador se tivese replica que viesse com ella com a que veio dizendo em ella, que na diga Villa havia Tombo e que nelle estavam inscritas e denominadas parte das propriedades e bens que a Coroa Rial pertencião e a vista d'elle e seos termos em o dito Tombo não estavam escritos nenhuns beñs nem propriedades senão tão somente os meos e que à minha Coroa Rial pertencião, e que no dito Tombo estava (f.3v) escrito e entitulado o Campo da Contenda e nomiado como das verbas juntas que se d'elle tirarão ver poderia, e logo em ellas se fazia menção do dito Campo estar a jazer nos termos da dita Villa como constava por onde claro constava o dito Campo da Contenda ser meo e da minha dada e como tal está escripto no dito Tombodos beñs da Coroa Rial o qual Tombo hera antigo e por tal aprovado e que publica vos e fama hera e sempre fora este Campo terra da Contenda ser dado por hum Rei ou Rainha destes Reinos ao Concelho Reo como fora já assim alegado e dito em Juizo como constava dos papeis por sua parte juntos e offerecidos por bem do qual se mostrava ser da Coroa Rial e da sua dada e nisto não havia duvida a qual concessão e dada do dito Rei ou Rainha aos Reos não querião apresentar por ser o tempo por que se dera acabado ou por não ser nunca confirmada nem Juridica e portanto sunegava mal este campo a mim por d'elle não mostrar titulo nem o escrever no termo e tempo dos Editos e restituições que para isso lhe forão dados o tenham perdido e o devão livremente soltar a mim e se lhe pedia, e que este Campo da Contenda sempre fora havido (f.4) e denominado por meo e da minha dada e que fora dado ao Concelho Reo por Rei ou Rainha destes Reinos como já dito ficava e os presentes que vivos herão sempre assim o houvirão dizer aos mais antigos seos antepassados e isto em publico e geral por todas as terras e Comarcas e portanto se defende o Reo sem cauza justa negando ser o dito Campo meo e da minha dada e que assim os moradores da Villa de Soure e Concelho Reo não pagavam Jugada das novidades do Campo da Contenda e assim fora Julgado hera por ser regengo e bens da Coroa Real dos quaes senão pagava Jugada e nem a dita Villa estava nessa posse todos os bens e regengos da Coroa Rial de as não pagar e por esta se lhes – não pagou a do Campo da Contenda não por ser proprio do Concelho Reo por que isso não izentava o pagamento della e que os Senhores cujas cartas se Offerecia não se mostrava serem

Senhores da dita Villa de Montemor bens da Coroa della e seo forão o que senão concedia pelas mesmas cartas assim como rogavão em humas em outras o mandavão dar os ditos quinhões pela mesma maneira previão de officio de Escrivão da Repartição (f.4v) do dito Campo da Contenda por ser da Coroa Rial e da minha dada o que hera publica vos e fama a qual replica do dito meo Dezembargador foi recebida quanto em Direito hera de receber e mandou aos Reos se tivessem Replica viesem com ella com a que vierão dizendo em ella que na Sentença Rial das que apresentava já nos autos se tratou desta verba do Tombo do Infante Dom Pedro de que fazia menção e sem embargo della se dera Sentença do Concelho Reo já do tempo de antes em-memorial se dera fim a estas demandas e que o dito Tombo não tinha principio nem fim e hera aeditos (sic) e não dizia que esta propriedade hera nem nunca fosse da Coroa Rial, mas que dizia há no Campo do Mondego hum campo de Soure e os termos que são os lemites da dita Villa couza que não fazia a bem de sua Justiça nem danava ao Concelho Reo, e que nos Campos da dita Villa havião muitos Campos jacentes e de Senhorios como hera Foja, mil geiras Barbito e os dois Campos de Anquinhos que têm mil geiras e o da Ranquel que herão mais de trazentos e os Gafoes e o Campo de Treixede e outros muitos que herão do termo da dita Villa (f.5) e não herão izentos e não da Coroa Real como hera o da Granja e de Alfarellos e que partião com este Campo de Soure e herão izentos e não da Coroa Rial a qual treplica do Concelho Reo lhe pelo dito meo Dezembargador foi recebida quanto em direito hera de receber e mandou ao dito meo Procurador que se tivesse acomolativos que viesse com elles e por com elles não vir foi deles lançado e foi assignado termo ás ditas partes a que desem prôva a seos artigos recebidos; e estando o feito nestes termos por parte do Duque d'Aveiro se apresentou o dito feito huma minha Provizão para que o dito Coregedor desta Comarca de Coimbra tomase conhecimento da dita Cauza e de outras do dito Duque e as determinase como fosse de Justiça dando appelação e aggravo nas Couzas em que coubese da qual Provizão e da Petição que nas costas dellas está por onde for concedida. O theor de verbo ad verbum hé aseguinte = Diz o Duque d'Aveiro que elle tem na Cidade de Coimbra em poder de hum Tabelião da dita Cidade certos feitos processados e não herão findos que ficarão nos termos em que o Doutor João de Mello Dezembargador dos Aggravos de Vossa (f.5v) Alteza os deixou e até gora (sic) senão foi mais por elles adiante por não ter Juiz que deles conheça e por que elle Duque tem por informação que Vossa Alteza manda Corregedor á dita Cidade e Comarca Pede a Vossa Alteza haja por bem que o Corregedor, que for despache os ditos feitos e os acabe de processar dando Apellação e Aggravo nos Cazos em que couber no que receberá merse e Justiça

[Provisam] Eu El Rei faço saber a vos Corregedor da Cidade de Coimbra que havendo respeito ao que na Petição atrás escrita dis o Duque d'Aveiro meo muito amado e prezado subrinho hei por bem e lhe apraz que vós tomeis conhecimento dos feitos que na dita Petição faz menção que por meo mandado começou a processar o Doutor João de Mello do meo Dezembargo e Dezembargador dos Aggravos na Caza da Suplicação e ouvidas as partes determinareis os ditos feitos finalmente, como for Justiça, dando Apellação e Aggravos nos cazos em que couber. Balthazar Ferreira a fez em Almeirim aos vinte e trez dias de Janeiro de mil quinhentos e sessenta e cinco annos = Fernão da Costa a fez Escrever; a qual Provizão foi junta aos ditos feitos e por vertude della o dito (f.6) Corregedor tomou deles conhecimento e mandou passar carta para as partes serem citadas para em seo Juizo requererem sua Justiça pela qual forão citadas e havidas por taes lhe foi reformada a dilação e assignado termo para darem prova a seos artigos recebidos o qual derão por sentenças Tombos, e Escrituras, Autos e outros papeis que derão em ajuda de sua prova, por inquirições de testemunhas, que forão acabadas abertas e publicadas e juntas ao dito feito por huma e outra parte foi tanto o arezoado e alegado seo direito e Justiça que o dito feito levado concluzo ao dito Corregedor, e visto por elle, por sua sentença pronunciou que visto o feito e o que por elle se mostrava e o Libello do Procurador da Coroa e do Duque Donatario assistente, Contrariadade do Concelho da Villa de Soure e mais artigos recebidos sentenças, Certidões, Cartas e verbas acertadas e mais provas de huma e outra parte dadas por que se via a do Procurador da Coroa e do dito Duque Donatario, não bastar para a condenação do Concelho Reo não provar o Campo que se lhe demanda hera da Coroa, nem lhe pertencer por via alguma, nem (f.6v) authenticos antes o dito Concelho provava pussuir tanto tempo que a memoria dos homens não hera em contrario o dito Campo como seo proprio izento de todo o foro como outros que havia no termo da Villa de Montemor que herão pussidos por pessoas particulares sem serem havidos por Reguengos, nem terem natureza deles e por assim ser sendo já o dito Concelho de mandado por vezes pelo dito Campo na era de quatro centos e tantos annos, havia mais de cento por que pagavam Jugada como pagavam os mais Lavradores incluídos nas ditas sentenças, o dito Campo ser della izento e absoluto, por possuir o dito Campo sem cargo algum havia já no tal tempo, tanto, que a memoria dos homens não hera em contrario; pelo que o cazo passou em cauza julgada e o dito Campo estava prescripto pelo dito Concelho como seo: o que tudo visto, e o mais que pelos autos se mostrava, absolva a dita Villa de Soure do Contra ella pedido, e pronunciou lhe pertencer o dito Campo da maneira que o pessuia e fosse sem custas, e que appellando o Procurador

dos autores lhe recebia a apelação (f.6); da qual sentença do dito Corregedor o Procurador do Duque para mim appellou, e o dito Corregedor recebo a apelação e assignou termo às ditas partes a que parante mim viesem seguir a qual me foi trazida e apresentada em esta minha Corte e Caza da Suplicação parante mim e o Juiz de meos feitos della em tempo devido aonde o Procurador de meos feitos e o Duque houveram vista do dito feito que arrezoarão e alegarão de seo direito e Justiça das quaes razoes e dos ditos foi dada vista ao Procurador dos Reos que outro sim rezoarão e alegarão quanto hera de Direito e Justiça que o dito feito me foi levado Concluo (sic) e visto por mim em Relação com os do meo Dezembargo Acordei que hé bm Julgado pelo Corregedor em absolver o Concelho de Soure do pedido contra elle por parte do meo Procurador. Confirmo sua sentença por alguns de seos fundamentos com o mais que dos autos se mostrava, e seja sem custas por ser entre mim e meos Vassalos portanto vos mando que a cumpreis e guardeis assim e da maneira que em esta sentença se contem. A? não façais Dada na Villa (f.6v) da Golgaá aos trinta e hum dias do mez de Março El Rei nosso Senhor o Mandou pelo Doutor José da Cunha do seo Dezembargo e Dezembargador dos Agravos e Juiz de seos feitos em esta Corte e Caza da Suplicação = Gaspar Gomes a fez no Officio de Pedro Almarante que hora serve, Vicente Carvalho. Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil quinhentos e setenta annos. Pagou desta Sentença duzentos e dez reis do que tirei do meo terço setenta reis Vicente Carvalho a subscrevi = Recebo os dois tercõs= de assignar cem reis= Gonsalvez= Lello= João de Mello Eira(?).

Digo Pagou desta Sentença duzentos e dez reis do que tirei do meo terço setenta reis Vicente Carvalho a subscrevi= recebi os dois terços= d'assignar cem reis= Jose da Cunha= pagou quatro centos reis= Gonsalves= Lello= João de Mello (?)=

Está conforme com o que se acha escripto em um Livro d'esta Camara, donde para aqui a fiz extrahir, sendo esta conferida com o mesmo livro, por mim Escrivão João Ernesto Ribeiro de Faria e com o Amanense Agostinho De Assenção e Silva, e ambos a achamos exacta.

Secretaria da Camara Um

2 Solicitação de elaboração de um projeto de lei com o objetivo de incorporar o Campo da Velha no conjunto de bens do Município de Soure, e identificação da necessidade de levar a cabo a construção de um novo edifício para albergar a Câmara Municipal de Soure e os seus serviços.

Na margem esquerda do rio Mondego, nos limites da Freguezia da Granja do Ulmeiro, existe um campo denominado da – Velha –, nome que talvez tomara da tradição de haver sido doado remuneratoriamente por uma velha, (em tempo que excede a memora dos homens,) aos lavradores da freguezia de Soure, que o possuem desde tempo, que já em 31 de Março de 1570 em sentença proferida pelo Dezembargador dos agravos e Juiz dos Feitos da Coroa – Jose da Cunha, e dada na Vila da Gollega, reinando então El-Rey D. Sebastião, se ignorava o começo e origem d’esta aquisição, julgando-se então a posse daquele campo pertencer aos ditos lavradores e ahi se reconheceu ser já julgada assim em uma outra sentença proferida na era de mil quatro centos e tantos, reconhecendo-se não ser devida aquella aquisição a doação Regia, nem pertencer a Reguengo. A administração deste campo esteve sempre a cargo da Camara Municipal da Villa de Soure, e ainda hoje o está, distribuindo os seus renditos pelos lavradores, regulando-se hoje essa administração por uns Estatutos organizados em 29 de Junho de 1801 pelo Doutor Juiz de Fóra, officiaes da Camara e Procurador do Concelho, feitos em virtude, como dizem, por se acharem riscados e em letra imperceptivel os Estatutos antigos.

A corporação de Lavradores, a quem pertence a posse do campo da velha não constitue entidade jurídica, em face da actual legislação que nos rege, mas também é certo que não é justo que achando-se os moradores da Freguezia de Soure, por intermedio de seus Vereadores Municipaes na posse do dito campo por espaço (f.1v) de tantos seculos, sejam esbulhados d’posse do dito campo doado talvez em remuneração de relevantes serviços feitos em favor da autonomia da Nação, e durando por tantos seculos a administração do mesmo campo nas mãos dos Representantes do Municipio, é justo que esta administração ahi continue e em proveito de todos os Municipales, companheiros todos na propriedade e nas advenidades do Municipio.

É por isso que se ousa solicitar um projecto de lei que tenha por fim incorporar o campo denominado – da Velha – na Freguezia da Granja do Ulmeiro, nos bens próprios do Municipio de Soure, ficando sujeito à desamortização nos termos da lei vigente.

Consideramos por outro lado a necessidade urgente que há na construção duns Paços do Concelho que comprehenda não só as repartições necessárias para a Camara – e administração do concelho, mas também as da administração, conservatória, repartição de Fazenda, recebedoria e Justiça, e (suas dependencias; pois que o actual edificio onde actualmente funcionaria a Camara –, e de dimensão tão acanhadas, que a sala das sessões é na propria repartição, onde escrevem os empregados, não tendo os alojamentos

necessários para as outras dependências; que a actual caza da administração, repartição ou fazenda e conservatória, funcionam em cazas de renda em considerável detrimento do serviço publico, pois que nas continuas mudanças de uns e outros edifícios e facit o extravaiamento de muitos documentos, alias

3 Estatutos da partilha do Campo dos Lavradores (Campo da Velha) (1801).

Foral do Rei D. Manuel em 13 de Fevereiro de 1513

Estatutos do Campo dos Lavradores de Soure

Estatutos sobre a forma da partilha do campo dos lavradores de Soure

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e um annos, nesta villa de Soure, aos vinte nove dias do mez de Junho do dito anno, nas casas da Camara d'ella, onde estava o Doutor Juiz de Fora Alberto Carlos de Menezes e os officiaes d'ella e procurador do Concelho abaixo assignados, e por elles ditos officiaes da Camara me foi mandado fazer estes Estatutos sobre a forma da partilha e repartição do campo dos lavradores d'esta villa de Soure e seu termo, campo dos peões, e campo dos escudeiros, os quaes Estatutos são os que se seguem, feitos por elles com a assistência da nobreza e povo, e quase todos os lavradores da villa e termo, e os mais principaes d'ella, que tudo é da maneira seguinte. =

Ordenarão que em razão de os Estatutos sobre a partilha do campo se acharem riscados, e com letra imperceptivel, se devião estabelecer novos Estatutos, os quaes se fizeram pela maneira seguinte:

Ordenaram que todo o campo fosse medido em aguilhadas conforme a medida do campo de Coimbra, e se lançasse no livro da repartição do campo, e no Tombo da dita medida (1v).

Ordenaram que o campo dos escudeiros se repartisse por vinte e quatro homens nobres, que sejam vereadores ou o tenham sido, dando-se a concurso na Camara a maior numero de votos dos escudeiros, preferindo-se aquelle oppositor que maior numero de votos tiver em razão do tempo que tiver servido de vereador, ou tiver maior numero de avós tambem vereadores; e quando as qualidades forem eguaes será preferido o que maior numero de votos tiver.

Ordenaram que o campo dos peões se repartisse pelos que estiverem servindo actualmente na Camara entrando os officiaes menores, devidendo-se em vinte e dois quinhões, e vem a ser: dois para o Doutor Juiz de Fora; um para cada vereador; um para o procurador do concelho; tres para o escrivão da Camara; para o meirinho dois; e alcaide um; porteiro um; relojoeiro e carcereiro um; medico da camara tres; apozentadoria tres, em que entrão quinhões de dois peões aforados; um para o cirurgião do partido da camara; um para o aposentador; ao sindico dois peões.

Ordenaram que o campo dos lavradores se repartisse em duzentos quinhões, vem a ser: cem para ordenados, decima e custas, que se houverem de fazer alguma demanda para se defender o campo, os quaes ordenados são na forma seguinte=

Ao Juiz de Fora 5 quinhões

Ao Corregedor e seus officiaes 10/15 (f.2)

Ao escrivão da Camara 10 quinhões

Ao medico da Camara 12

Ao medico dos Lavradores 20

Ao procurador dos Lavradores 12

Ao meirinho 4

Ao alcaide 2

Ao capellao das almas 3

Ao cirurgião 8

à Senhora do Terço 2

Para a decima e despezas das demandas 12

100

O procurador dos lavradores receberá o produto d'estes vassaduros

para pagar decima e as mais despezas

Ordenaram que os outros cem quinhões se repartissem por todos os lavradores, levando quinhão inteiro quem tiver quatro vezes, e meio quinhão quem tiver duas vezes; e os moradores da villa e termo que cazarem se lhe dará quinhão inteiro por uma vez só, sejam ou não lavradores

Ordenaram que a Camara arrendasse todos os annos o campo dos lavradores, a pão, para repartirem o importe da renda nos ditos duzentos quinhões na forma acima dita,

afim de se distribuir na mesma especie, tirando-se do monte toda a despeza das guardas, tirando de cada quinhão alqueire e meio, e os escudeiros pagarão um alqueire somente.

(f. 2v) Ordenaram que a partilha do campo se fizesse pelos dias santos do Natal, e nos mesmos se deve fazer o arrendamento, assistindo a Camara com o corregedor da comarca, e na falta d'este, digo falta ou impedimento d'este o Juiz de Fora.

Ordenaram que quando alguma lavrador não queira receber o seu quinhão em especie de pão, se lhe entregará o preço a dinheiro conforme comer, que se lhe mandará dar pela camara.

Ordenaram que no livro da repartição do campo se traslade este accordan com os estatutos acima

Ordenaram que o procurador dos lavradores seja nomeado a maior numero de votos pelos escudeiros, e deve saber dos mesmos; e a obrigação do dito procurador é requerer tudo quanto for a bem da repartição, assestindo a ella, e requerendo a observância d'estes estatutos.

Ordenaram que, sendo necessário, se requeresse a aprovação regia d'estes estatutos a Sua Alteza Real, e davão poder ao procurador dos lavradores para requerer a dita aprovação (f. 3).

Ordenaram que nunca se desse couza alguma do campo sem que fosse ouvida a Camara, escudeiros e a maior parte dos lavradores d'este termo, porquanto elles lavradores são senhores do dito campo, e só elles o podem dar em virtude da propriedade e posse que tem do dito campo, e em virtude das doações regias e sentenças que se achão no cartório da mesma

E por esta forma disseram havião estes estatutos por feitos, e ordenaram se guardassem na forma que nella se contêm, do que tudo para coustas mandaram fazer este auto que assignarão. E eu Fernando José da Costa o escrevi (seguem-se muitas assignaturas)

Estatutos sobre as obrigações dos Escudeiros

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e um annos, aos nove dias do mês de Julho do dito anno, nesta villa de Soure e casas da Camara d'ella, aonde se juntaram o doutor Juiz de Fóra, vereadores, procurador do concelho, e os mais escudeiros abaixo assignados para efeito de se fazerem uns estatutos por onde estes houvessem de ser derigidos, os quaes estatutos elles todos fizeram pela maneira seguinte= (f.3v)

Ordenaram que os vinte e quatro escudeiros se convocassem quando houvesse de se tratar algum negocio sobre o campo para se decidir o que fosse a bem da conservação do mesmo e seus Direitos

Ordenaram que os escudeiros devião incorporar-se com a Camara todas as vezes que sahisse embandeirada, e nas procissões. E quando algum faltar, ou para os negócios do campo, ou para se incorporar com a Camara, pagará de multa de seis centos reis por cada vez que faltar, applicado para obras publicas, que se descontarão no rendimento do mesmo escudeiro no tempo da repartição do campo, porem devem ser primeiro avisados.

Ordenaram que nenhum poderia trespassar os seus escudeiros (sic) para pessoa alguma; porem quando desistir o podem fazer em Camara, para que sendo todos convocados se confira o quinhão a pessoa que tenha as qualidades declaradas nestes estatutos, o maior numero de votos dos mesmos escudeiros; e quando algum desistir de escudeiro não poderá ser provido em tempo algum em outro escudeiro que vagar.

Ordenam que o quinhão dos escudeiros se poria a concurso todas as vezes que algum dos escudeiros deixasse de residir na villa e termo por tempo de um anno (f. 4), o que deve contar pelo tempo ultimo que se desobrigou da Quaresma; porem não se deve por a concursso sem primeiro ser avisado, sabendo-se parte certa aonde está, digo aonde reside; e deste modo se hão de conferir todos os escudeiros d'hoje por diante, e não valerá officio algum para se valerem da isenção d'estes estatutos.

Ordenaram que vagando algum quinhão de escudeiro se mandaria pela Camara pôr editaes para que dentro em oito dias hajam de concorrer as pessoas dotadas das qualidades necessárias para entrarem no dito concurso, conforme os ditos estatutos.

Ordenaram que no tempo da repartição do campo se fizessem vinte e quatro bilhetes para os vinte e quatro escudeiros, para que o procurador dos lavradores os tirasse d'uma urna por sorte, estando em cada um dos bilhetes os nomes da cada um dos escudeiros pela ordem de números, notando em cada bilhete o numero dos quinhões do campo dos escudeiros começando o numero primeiro ao pé da ponte de Ansos..

Ordenaram que os vinte e quatro escudeiros assignem estes estatutos e se lhe intimem

E pela dita maneira disseram havião estes estatutos (f.4v) por feitos, e se observassem na forma que (?) elles se contem e declara, e asseguram. E eu Fernando José da Costa o escrevi (seguem-se as assignaturas).

Deliberação tomada em 20 de Novembro de 1815

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e quinze, aos vinte dias do mez de novembro do dito anno, nesta villa de Soure e casas da Camara d'ella, aonde veio o Dr. Miguel Lourenço Pina, do Dezembargo do Principe Regente nosso senhor e seu corregedor com alçada em a cidade e comarca de Leiria, e bem assim mais eram os vereadores e procurador do concelho, e juntamente o procurador dos lavradores, e por todos unanimemente foi determinado, que visto se achar feita a presente repartição com toda a igualdade em conformidade das posturas, emendando-se alguns abusos que se encontraram nas antecedentes repartições, fica esta servindo de regra para o futuro, não podendo alterar-se para futuro sem consentimento dos lavradores, devendo tão somente diminuir-se no futuro lançamento o vassadouro applicado para as despesas extraordinárias da repartição do presente anno, a cuja satisfação não ficará responsável o procurador do concelho visto que (tem) desde já o seu devido destino; e que outro sim fossem os louvados das ventenas obrigados a trazer relações da quantidade de gado de lavoura e qualidade do mesmo, com que lavrarem os lavradores; sendo assignadas as relações (f.5) pelos ditos louvados, a fim de poderem ser castigados, não sendo verdadeiras suas relações, e para que tenham effectiva execução se deverá proceder pelo Escrivão da Camara o contido n'este auto antes de se proceder à repartição. E por

esta forma houverão este auto por feito, que assignarão. Eu Bernardo José Ribeiro, que o escrevi

(Seguem-se as assignaturas)

4 Apelação do acórdão que considerou o Campo da Velha como estando localizado no território e, conseqüentemente, na posse de Montemor-o-Velho, e reconhecimento do referido campo como posse do Concelho de Soure (1873).

(Mu)nicipal de Soure 29 de Novembro de 1863

O Escrivão da Camara

João Ernesto Ribeiro de Faria

O Amamense da mesma

Agostinho d' Assumpção e Silva

Acordam em Relação. Não foi bem julgada pelo Juiz do Tombo da Prebenda de Coimbra na Sentença f.246 porque o Campo da Velha pertencente à Camara e Concelho de Soure foi julgado jugadeiro ao Almojarifado de Monte-Mór o Velho, por quanto vistos os autos, e Appelado tendo-se ordenado no Diploma passado em resolução de Consulta do Conselho da Real Fazenda; que no Juizo recorrido se ententasse por parte da Corôa accção ordinária, para se mostrar e julgar, se o dito Campo era ou não Jugadeiro, é certo que apresentado para o dito fim, o Libello f.12, cumpria ao Appelado, aprovar, sem duvida, que o mencionado campo fora da Coroa, e nelle reservado o direito de jugada, do qual os Appelantes, só por Graça e Privilegio, tinham sido izentos, o que mesmo era necessário para ter logar o principio da intenção fundada por parte da Corôa; porem nada d'isso se provou, segundo os autos mostram, e apenas pelo Appelado se recorre ao argumento de se achar provado e estar o referido campo dentro do Termo e limites do Almojarifado de Monte-Mor, e dever-se para isso considerar a elle jugadeiro; mas um tal argumento d' inferencia, não basta para se dizer provado, ter aquelle campo a qualidade de jugadeiro; pois que alem de todos saberem, que dentro de muitos Distritos se acham terras encravadas, que pertencem a outro Senhorio, acresce o achar-se assim provado por parte dos Appelantes, pois provam pelo Accordam d'este Juizo no Appenso a fls. 27proferido em mil quatro centos e oitenta e cinco, isto é, há 346 annos, que do dito Campo da Vellha, ou de Soure, nunca se pagara jugada, e depois em 1570 annos na questão em Libello ordinário offerecido por parte da Corôa, com assistência do Duque

Donatario do dito Reguengo (f.1v) e Almojarifado de Monte-Mór, se julgou na primeira Instancia segundo mostra o Appenso a fl.14), não se ter provado ser o referido campo da Real Coróa, nem à mesma pertencer por via alguma, nem como Reguengo, e isto não obstante o provar-se então, que elle se achava encravado dentro do Termo e Almojarifado de Monte Mór, e que a Camara e Concelho Appelantes o possuíam como proprio, e Dizimo a Deus, izento de todo o foro, e sem ter a qualidade de Reguengueiro, e assim como o possuíram sempre; julgando este, que el Rey o Senhor Dom Sebastião confirmou no Acordam a (f.19) do mesmo Appenso., que no auto ou se Tombar o mencionado Campo digo do mesmo Appenso mostra-se mais por parte dos Appelantes no dito Appenso a fl.69, que no auto se tombar o mencionado Campo em 1577, apparecera o Procurador do Duque Donatario, do Reguengo e Almojarifado, com o qual confinava o mesmo campo, e confessou, que a este não chegavam as guardas do Campo do Reguengo, e que d'aquelle nunca se tinha pago Jugada, e posto que a fl. 40 se fizesse o protesto de não prejudicar o Tombo ao Donatario e à Corôa a todo o tempo que se achassem papeis, porque se podesse mostrar, que o mesmo Campo de Soure pertencia à Corôa, é certo que taes papeis não teem aparecido, pois se não juntaram; e subsite aquella confissão, que é conforme com os referidos julgados a favor dos Appelantes. contra os quaes nenhuma consideração pode ter a Sentença do Juiz do Almojarifado no Appellido. a fl 96, na qual em virtude da Lei de vinte cinco de Maio de 1776 se considerou o campo em questão, jugadeiro, visto que os Appelanes não mostravam titulo (f. ou Previlegio registado, porque fossem izentos de pagar jugada, e não lhes poder na conformidade da mesma Lei, aproveitar qualquer costume, posse ou assentos em contrario, Sentença que foi confirmada neste Juizo segundo a fl. 97 a 107 do mesmo Appenso porquanto estes Julgados são fundados em falsa prova ou cauza e contra Sentenças que passaram em julgado, e como taes nos termos da Ley insubsistentes, e por isso que 'nelles se teve arbitrariamente o mencionado Campo, como da Corôa, e Jugadeiro, e os Apptelantes izentos d'elle pagarem jugada por Previlegio, e então comprehendido na disposição da citada Ley de vinte e cinco de Maio de 1776, no que houve manifeste equivoco nas referidas Sentenças anteriores e muito antigas, se acha se acha julgado, que o mesmo campo nunca fora da Corôa, nem jugadeiro, e sim proprio dos Appelantes, sem que d'elle em tempo algum pagassem jugada nem outro foro, nem ter a qualidade de Reguengueiro, à vista do que nenhuma applicação podia ter para com ella a dita Lei de 25 de Maio de 1776, que só Legislou para as terras, que sem duvida eram da Corôa, e jugadeiras, o que 'nesses antigos tempos, nem ainda hoje se podia mostrar ser o campo da Velha, ou de

Soure, ao que acresce e por de mais, que dizendo-se no Tombo do Reguengo e Almojarifado de Monte-Mór, junto (fl. pelo Appenso a fl. 212 e feito em 1483, que dentro do seu termo se acha o campo de Soure, é o mesmo que dizer este campo não obstante estar dentro do Distrito do Reguengo, não pertence a elle, e sim a Soure; e quanto aos reconhecimentos, que nos últimos tempos, teem feito alguns dos Lavradores do dito Campo, de nada servem, para a questão a decidir.

Por tanto e mais dos outros, reformandado a Sentença appellada, julgam não provada a intentada acção, e seja sem custas por ser com o Procurador da Fazenda da Prebenda, e por parte da Corôa. Lisboa 19 de Novembro de 1831 = Almeida = Sousa = Abreu Figueiredo = Fui presente = Com a Rubrica do Dezembargador Procurador da Real Fazenda.

Está conforme com o documento que me foi apresentado e que restitui ao apresentante

Secretaria da Camara Municipal de Soure 16 de Dezembro de 1873

O Secretario,

João Ernesto Ribeiro de Souza (assinatura autógrafa)

5 Cópia da apelação do acórdão que considerou o Campo da Velha como estando localizado no território e, conseqüentemente, na posse de Montemor-o-Velho, e reconhecimento do referido campo como posse do Concelho de Soure (1873).

Cópia

Acordam em Relação Não foi bem julgado pelo Juiz do Tombo da Prebenda de Coimbra na Sentença a fl. 246v por que o Campo da Velha pertencente à Camara e Concelho de Soure foi julgado jugadeiro ao Almojarifado de Monte-Mór o Velho, por quanto vistos os autos, e Appenso tendo-se ordenado no Diploma passado em resolução de Consulta do Conselho da Real Fazenda, que no juízo recorrido se ententasse por parte da Corôa, acção ordinária, para se mostrar e julgar, se o dito Campo era ou não Jugadeiro, é certo que apresentado para o dito fim o Libello fl. 12, cumpria ao Autoe apelado, o provar, sem duvida, que o mencionado campo fora da Corôa, e ‘nelle reservado o direito

de jugada, do qual os Appelantes só por Graça e Prevelegio, tinham sido izentos, o que mesmo era necessário para ter logar o principio da intenção fundada por parte da Corôa; porem nada d'isso se provou, segundo os autos mostravam, e apenas pelo Appellado- se recorre ao argumento, de se achar provado e estar o referido campo dentro do Termo e limites do Almojarifado de Monte-Mór, e de ver-se por isso considerar a elle fugadeiro; mas um tal argumento d'inferencia, não basta para se dizer provado, ter aquelle campo a qualidade de jugadeiro; pois que alem de todas; que dentro de muitos Distritos se achavam terras incravadas, que pertencem a outro Senhorio, acresce o achar-se assim provado por parte dos Appelantes pois provam pelo Accordam d'este Juizo no Appenso a fl. 27 proferido em mil quatro centos e oitenta e cinco, isto é, há 346 annos, que o dito Campo da Velha, ou de Soure, nunca se pagará jugada; e depois em 1570 annos na questão em Libello ordinário offerecido por parte da Corôa, com assitencia do Duque Donatario do dito Reguengo

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

Apelação do acórdão que considerou o Campo da Velha como estando localizado no território e, conseqüentemente, na posse de Montemor-o-Velho, e reconhecimento do referido campo como posse do Concelho de Soure (1873).

Cópia da apelação do acórdão que considerou o Campo da Velha como estando localizado no território e, conseqüentemente, na posse de Montemor-o-Velho, e reconhecimento do referido campo como posse do Concelho de Soure (1873).

Cópia da sentença dada por Dom Sebastião em favor da Câmara Municipal de Soure e dos lavradores da Freguesia de Soure, relativamente à contenda pela posse do Campo da Velha (1570).

Estatutos da partilha do Campo dos Lavradores (Campo da Velha) (1801).

Solicitação de elaboração de um projeto de lei com o objetivo de incorporar o Campo da Velha no conjunto de bens do Município de Soure, e identificação da necessidade de levar a cabo a construção de um novo edifício para albergar a Câmara Municipal de Soure e os seus serviços.

Bibliografia

BEBIANO, Rui – “A Biblioteca Errante: Itinerários da Leitura na Era Digital”, separata da *Revista de História das Ideias*, vol. 20, 1999.

CHARTIER, Roger – *A Ordem dos Livros*, Trad. de Leonor Graça. Lisboa: Vega, 1999.

CONCEIÇÃO, Augusto dos Santos – *Soure: a terra abençoada da pátria*. Coimbra: Edição do Autor, 1942.

FARIA, Maria Isabel e **PERICÃO**, Maria da Graça – *Dicionário do Livro: Da Escrita ao Livro Electrónico*. Coimbra: Almedina, 2008.

FEBVRE, Lucien e **MARTIN**, Henri-Jean – *O Aparecimento do Livro*, Trad. de Henrique Tavares e Castro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

FURTADO, José Afonso – *O Papel e o Pixel. Do Impresso ao Digital: Continuidades e Transformações*. Lisboa: Ariadne Editora, 2007.

FORTUNA, Carlos e **SILVA**, Augusto Santos – “A cidade do lado da cultura: Espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural”, in *Plural de Cidade: Novos léxicos urbanos*, Coimbra, Almedina CES, 2009.

LABARRE, Albert – *História do Livro*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

MARTINS, Guilherme de Oliveira – *Património, herança e memória: A cultura como criação*. Lisboa: Gradiva, 2011.

MCLUHAN, Marshall – *A Galáxia de Gutenberg: A Formação do Homem Tipográfico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

MCMURTRIE, Douglas C. – *O Livro: Impressão e Fabrico*, Trad. de Maria Luísa Saavedra Machado. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

MORGADO, Isabel – “Soure: uma mui antiga terra da Estremadura”, separata da exposição *D. Manuel I, a Ordem de Cristo e a Comenda de Soure: V Centenário da Subida ao Trone de D. Manuel I*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Câmara Municipal de Soure, 1996.

MELO, Daniel – *A Leitura Pública na I República*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova; Vila Nova Famalicão: Húmus, 2010.

MELO, Daniel – *A Leitura Pública no Portugal Contemporâneo: 1926-1987*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

PIMENTA, Fernando Tavares – *Elites e Poder Municipal no Portugal Rural: Soure da Monarquia à República (1820-1926)*. Coimbra: Areias do Tempo; Soure: Câmara Municipal de Soure, 2010.

PIMENTA, Fernando Tavares – *O Foral Manuelino de Soure: V Centenário*. Soure: Câmara Municipal de Soure, 2013.

PIMENTA, Fernando Tavares – *Soure: Das Origens Pré-Romanas ao Foral de 1111*. Coimbra: Areias do Tempo; Soure: Câmara Municipal de Soure, 2011.

PIMENTA, Fernando Tavares – *Soure: Família, Matrimónio e Sociedade*. Coimbra: Areias do Tempo, 2009.

PIMENTA, Fernando Tavares – *Soure na Grande Guerra (1914-1918)*. Soure: Município de Soure, 2016.

PINTO, Ercília – *A Antiga e Nobre Vila de Soure*. Coimbra: Edição da Autora, 1969.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares – “Livros e Leituras no Século XIX”, separata da *Revista de História das Ideias*, vol. 20, 1999.

SALVADO – *Vita Martini Sauriensis*, in *Hagiografia de Santa Cruz. Vida de D. Telo, Vida de D. Teotónio, Vida de Martinho de Soure*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

Webgrafia

ALVIM, Luísa e CALIXTO, José António – “As Perceções dos responsáveis das bibliotecas públicas portuguesas sobre a missão social da biblioteca pública no Facebook”. 2015.

https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/1353/pdf_114

[consultado em 22 de Abril de 2018]

DARNTON, Robert – “Google & the Future of Books”, in *The New York Review of Books*, vol. 56, number 2, February 12, 2009. <http://www.nybooks.com/articles/22281>

[consultado em 2 de Setembro de 2018].

Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas – Programa de apoio às Bibliotecas Municipais.

http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/Doc01_Programa_deApoio2009.pdf [consultado em 12 de Maio de 2018].

ECO, Umberto – “Vegetal and Mineral Memory: The Future of Books”, in *Al-Ahram Weekly*, Issue number 665, 20-26 November 2003.

https://www.bibalex.org/attachments/english/Vegetal_and_Mineral_Memory.pdf

[consultado em 19 de Agosto de 2018].

Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias – Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas. 1994.

<https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf> [consultado em 12 de Maio de 2018]

HEITOR, Célia e **OLEIRO**, Margarida – “20 Anos da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: Um balanço (possível) do grau de cumprimento do Programa”. 2008.

http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/Comunicacao_M_Oleiro_CHeitor_10CongBAD.pdf [consultado em 15 de Maio de 2018].

Instituto Nacional de Estatística – https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE [consultado em 4 de Setembro de 2018]

LEAL, Filipe – "Transformar as Bibliotecas Municipais Portuguesas". 2015.
https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/1432/pdf_110
[consultado em 22 de Abril de 2018]

PorData Base de Dados Portugal Contemporâneo – <https://www.pordata.pt/>
[consultado em 4 de Setembro de 2018]

PORTELA, Manuel – “Embodying Bookness: Reading as Material Act”. 2011.
https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/43430/1/MP_Embodying%20Bookness%20%282011%29.pdf [consultado em 24 de Outubro de 2018].

PORTELA, Manuel – “Hipertexto como Metalivro”. 2003.
http://www1.ci.uc.pt/pessoal/mportela/arslonga/MPENSAIOS/hipertexto_como_metalivro.htm [consultado em 9 de Agosto de 2018].

PORTELA, Manuel – “New Textualities”. 2007.
https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/17854/3/MP_New%20Textualities_%282007%29.pdf [consultado em 24 de Outubro de 2018].